

Ata número vinte

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, Pedro Miguel Fonseca Catalão em substituição de David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

1- 1º Período de Intervenção do Público

- 2- *Período Antes da Ordem do Dia*
- 3- *Período da Ordem do Dia*
 - 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
 - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
 - 3.3- *Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades 2025 da EMPDS, Belmonte EM*
 - 3.4- *Apreciação e votação da Minuta do Contrato Programa com a EMPDS, Belmonte EM para o ano de 2025*
 - 3.5- *Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP's e Orçamento do ano 2024*
 - 3.6- *Apreciação e votação do Procedimento de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano de 2025*
 - 3.7- *Apreciação e votação do Procedimento para Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Investimento na Rede Viária Municipal e Adjudicação*
 - 3.8- *Apreciação e votação do Mapa de Pessoal 2025*
 - 3.9- *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 – 1º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto seguinte.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia, tomou a palavra e referiu que gostaria de deixar uma saudação a todos os presentes e em particular ao Executivo Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Câmara.

Aludiu que esta Sessão era a última deste ano, sendo que se iniciava um período de paz, de serenidade e também ela assinalava a elevação de Caria a vila, uma vez que fazia hoje cem anos que esse feito tinha acontecido.

Para terminar, questionou os respetivos Membros sobre a apresentação de algum assunto.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo, tomou a palavra, saudou os presentes e desejou-lhes boas festas. Seguidamente, apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Desagregação das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre

Passados 11 anos do Governo da altura ter cometido uma das maiores injustiças, que alguma vez se fez ao poder local em Portugal, estamos próximos de se tornarem oficial as desagregações de algumas freguesias.

Entre as quais estão as freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre.

Desde 2011 que os membros que compunham e compõe o Executivo e a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, tudo fizeram para cumprir a promessa que tinham com as populações de ambas as Freguesias e em 2021 foi possível realizar e fazer o processo que agora culmina com a desagregação das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, que por consequência faz com que o Concelho de Belmonte volte a ter cinco Freguesias.

O importante agora é fazer uma transição pacífica e que não prejudique as populações, não é tempo de nos pôr-mos em bicos de pés a tentarmos tirar louros da situação, o que é importante é continuar-mos a ter duas Freguesias com ambição e com visão de futuro.

Todos fomos importantes e todos os envolvidos o fizeram de boa-fé e com as melhores das intenções.

Tenho Dito.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra, saudou os presentes e desejou boas festas. Seguidamente apresentou as suas saudações que se transcrevem integralmente.

“Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25

A introdução de taxas de portagens nas antigas autoestradas SCUT, como a A23 e a A25, imposta pelos Governos PSD/CDS e PS, e sob os argumentos mais falaciosos, como o princípio do utilizador-pagador, penalizou a região, constituiu um rude golpe no tecido económico e agravou as condições de vida de todos aqueles que, sem alternativas, circulam nestas vias estruturantes. Decorridos todos estes anos é possível concluir que neste processo só as concessionárias ficaram a ganhar. O Estado, as populações, os trabalhadores e a economia regional perderam e muito.

O PCP e a CDU, sempre se opuseram à cobrança de portagens e colocaram-se do lado das populações que desde o primeiro momento se manifestaram contra esta injusta decisão. As reduções conseguidas no valor das portagens e a sua abolição, a partir do próximo dia 1 de Janeiro, são inseparáveis da ação e da luta das populações e da Plataforma Pl'a Reposição das SCUTS, que daqui saudamos, da ação do PCP e da CDU – que sempre defenderam e defendem que estas vias, por serem fundamentais para o

desenvolvimento regional, por não terem alternativa viável e por imperativo de justiça social não devem ser portajadas.

O fim das portagens é uma medida justa que só não aconteceu antes porque PSD, CDS, IL, e PS, sempre recusaram as propostas que visavam a sua eliminação, sendo que a ex-Ministra da Coesão do PS chegou mesmo a dizer que a abolição estaria “cada vez mais longe de ser uma possibilidade”.

Depois de passar anos a chumbar propostas do PCP no mesmo sentido, o PS, já na oposição, apresentou uma proposta de fim das portagens, aprovada por uma ampla maioria na Assembleia da República, onde se incluiu o PCP, da Lei n.º 37/2024, de 7 de Agosto, com os votos contra de PSD, CDS e abstenção da IL, que determina a eliminação de taxas de portagem em determinados lanços e sublanços de autoestradas do Interior, caso da A23 e A25, entre outras.

Esta, reafirma-se, é uma vitória que só foi possível devido à luta organizada, árdua e tenaz das populações. Vale sempre a pena lutar e o PCP cá estará para impulsionar essas lutas em prol de melhores condições de vida e mais justiça social para todos.

Até porque, nesta matéria, e como defendemos, é preciso continuar a lutar pelo fim das compensações para as concessionárias que já acumulam milhões de lucros e pela reversão para o Estado destas parcerias público-privadas, negócio ruinoso que não pode continuar a penalizar o erário público como tem feito até agora.

Assim, a CDU saúda vivamente as populações, os trabalhadores, a Plataforma Pl’a Reposição das SCUTS pela luta vitoriosa travada pelo fim das portagens na A23 e A25, cuja entrada em vigor, no próximo dia 1 de Janeiro, significa repor a justiça na região e é uma condição muito importante para fixar e para atrair pessoas e investimentos e, por essa via, contribuir para a melhoria das condições de vida.”

“Saudação pela reposição da freguesia de Colmeal da Torre

Onze anos depois da extinção da Freguesia de Colmeal da Torre e da sua agregação à Freguesia de Belmonte, a vida confirmou que a reorganização territorial imposta em 2013, pelo governo PSD/CDS, não significou ganhos ao nível da eficácia e eficiência, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas, contribuiu para a perda de identidade, reduziu a capacidade de reivindicação das populações e a proximidade que compete às Freguesias.

Ao longo destes anos, a exigência de reposição da Freguesia do Colmeal sempre foi reconhecida por esta Assembleia e demais órgãos autárquicos, assim como pela população.

A devolução da Freguesia do Colmeal à população é um imperativo democrático e de justiça, e aquilo que se pode dizer é que já se perdeu demasiado tempo.

A CDU, que desde o início se opôs à extinção de freguesias, assumiu também o compromisso de intervir para a sua reposição com várias iniciativas, no plano local, com

moções e recomendações, e no plano nacional. Neste último caso, foram várias as iniciativas legislativas com o objetivo de garantir que este processo fosse o mais simples e objetivo, de acordo com a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos, mas não foi essa a opção de PSD e PS.

Aliás, o Governo PS, que em 2018 prometeu apresentar uma lei de criação de freguesias que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS, só em 2021 avançou com uma proposta de lei, que deu origem à Lei n.º 39/2021, de 24 de junho que “Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias”, contendo vários obstáculos à reposição de freguesias às populações, que contra a sua vontade, delas se viram privadas.

Repór a freguesia do Colmeal é respeitar aquela que sempre foi a vontade dos órgãos autárquicos, é respeitar as populações, e é por isso que saudamos a aprovação, sem votos contra, pelo Grupo de Trabalho da Assembleia da República sobre Freguesias, da reposição, por desagregação, da Freguesia de Colmeal da Torre.

Segue-se agora o processo legislativo que deverá ocorrer em meados de Janeiro, com a aprovação da lei de criação/reposição, das freguesias propostas, que se espera igualmente que seja aprovada, permitindo assim que a população de Colmeal volte novamente a escolher a escolher os seus eleitos nas próximas eleições autárquicas.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou as suas intervenções que se transcrevem integralmente.

“Caria -100 anos de elevação a vila

Hoje dia dezanove de dezembro de 2024 é, pelo menos desde há cem anos a esta parte, um dia muito especial para a vila de Caria e para a sua população.

O aniversário da elevação de Caria a vila deve comemorar-se de forma expressiva e vivenciada.

Tendo esta data uma carga histórica e simbólica para todos nós, é o momento ideal para recordar todos aqueles que ao longo da nossa história deram o seu contributo para o desenvolvimento da vila de Caria e para que esta se tenha tornado reconhecida e procurada.

Hoje celebramos os cem anos da vila de Caria, os carrienses e os seus valores, a história e a cultura.

Este laço que une os carrienses de agora, aos carrienses de outras gerações, une, também, aos carrienses do futuro.

Aos carrienses do passado, porque uma terra é feita de memória partilhada, de referências comuns, de património coletivo, de vivências e de conhecimento, recordando saudosamente a memória de todos os carrienses, ilustres e desconhecidos que ao longo dos tempos contribuíram como seu trabalho e o seu prestígio para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, une aos carrienses do futuro, porque uma terra é responsabilidade perante as gerações vindouras, é esperança e sonho de fazer mais e melhor.

Saúdo todos os carrienses, de condição de nascimento e por decisão de adoção, de todas as naturalidades e culturas, agradecendo todas as partilhas de vida e de cultura que nos permitem ser uma vila de acolhimento.

Permitam-me também dirigir uma saudação fraterna a todos os nossos conterrâneos que se encontram espalhados pela diáspora, expressando-lhes a nossa admiração e estima.

Parabéns vila de Caria”.

“Mário Soares esteve sempre do lado certo das lutas

No âmbito da comemoração do centenário do nascimento de Mário Soares (7 de dezembro de 2024)

“O centenário de Mário Soares é coincidente com os 50 anos do 25 de Abril, pelo que expressamos o nosso respeito pelo legado político, gratidão pelo contributo para a democracia e admiração pela coragem do político

Mário Soares “esteve sempre do lado certo das lutas em que tomou parte” e viveu a História, não como espectador, mas como protagonista e lutador incansável”.

“A vida política de Soares vale como um todo. E, para a avaliar, não podemos escolher o período que mais nos convém ou mais nos agrada, de acordo com a conjuntura do momento ou a posição que queremos defender.

Mário Soares “esteve também do lado certo na prioridade dada ao processo de descolonização” e “do lado certo na convicção que a consolidação democrática exigia a rápida adesão à CEE”.

Foi com Mário Soares “O lançamento do Serviço Nacional de Saúde, a democratização da educação, a construção do Estado social democrático”.

“Soares esteve do lado certo na revisão constitucional de 1982 que pôs fim à tutela militar do regime democrático” e “do lado certo quando uniu o país após a sua eleição, em 1986, como ‘Presidente de todos os portugueses

Recordamos também a célebre frase “só é vencido quem desiste de lutar” e sublinhou que, “em democracia, perdem-se e ganham-se eleições, mas só quem desiste é vencido”.

Deixamos também um resumo dos cargos políticos de Mário Soares:

“Ainda antes da revolução, fundou e foi o primeiro Secretário-Geral do Partido Socialista.

Depois da revolução, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, deputado à Assembleia Constituinte, deputado à Assembleia da República, primeiro-ministro de três governos, e duas vezes Presidente da República. Foi ainda deputado ao Parlamento Europeu. Sempre com o voto do povo”.

“Estes cargos públicos tiveram um princípio e um fim.

Mas o seu pensamento, a sua ação política e os resultados dessa ação vão perdurar.

“O Partido Socialista foi uma das suas maiores obras”, por isso os Socialistas devem ter “orgulho imenso no legado que Soares nos deixou”, devendo comprometer-se a tudo fazer para o honrar.

Obrigado Dr. Mário Soares”

“É com muito orgulho que o nosso Agrupamento de Escolas Pedro Álvares Cabral de Belmonte, enquanto Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude recebe este galardão que reconhece as nossas práticas diárias que visam promover e proteger os Direitos das Crianças e Jovens que acompanhamos.

O Selo Protetor é uma medida inovadora e de reconhecido mérito na promoção de uma maior eficácia e eficiência do sistema português de proteção da população infantojuvenil, desenvolvido pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude e tem consolidado uma boa prática de trabalho integrado e em rede.

A atribuição do Selo Protetor confere um grande prestígio e, em simultâneo, uma responsabilidade acrescida, tendo em vista a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens. Reconhecendo, assim, às entidades e a toda a comunidade educativa, um papel privilegiado na disseminação de boas práticas de promoção dos Direitos Humanos da criança, numa ótica de inovação e desenvolvimento de uma cultura colaborativa e preventiva.

Ou seja, o selo que visa distinguir as entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ) e que implementem boas práticas ao nível da promoção dos Direitos da Criança é uma preocupação acrescida com a salvaguarda dos interesses dos mais novos a pensar também no futuro da comunidade: “os nossos mais jovens cidadãos, vão ter um valor fundamental na nossa própria existência”

Receber o Selo Protetor implica um compromisso e um desafio no sentido de desenvolver e aprofundar respostas de qualidade em áreas como a segurança e o bem-estar de crianças e na adoção de medidas para sinalizar e gerir situações de maus tratos, promovendo-se sempre um ambiente protetor para as crianças e para os jovens.

Este Selo protetor certifica o foco do Agrupamento Escolas Pedro Álvares Cabral -Belmonte e da CPCJ-Belmonte, nos direitos das crianças demonstrado na implementação de metodologias pró-ativas de promoção desses mesmos direitos

Felicitemos, em primeiro lugar, o Nosso Agrupamento.

O Município de Belmonte e a CPCJ de Belmonte.

Receber o selo protetor significa que temos o foco nos direitos das crianças e metodologias pró-ativas de promoção desses mesmos direitos.

Felicitemos, também, todas as outras Entidades, certificadas.

Parabéns! que continuemos a trabalhar, todos, no sentido da prevenção.

Felicitemos, também, todas as outras Entidades, que conosco colaboram quer nas comissões Restritas quer Alargadas das CPCJ.

Parabéns! que continuemos a trabalhar, todos, no sentido da prevenção.”

Seguidamente, deixou também um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, pela forma como tem apoiado estas iniciativas e que têm dado resultado.

Referiu também que para além do selo protetor a escola iria ter durante dois anos uma bandeira hasteada com o símbolo dessa atribuição

Prosseguiu asseverando que gostaria de deixar uma saudação e um reconhecimento na pessoa do Senhor Presidente ao Gabinete Social da Câmara Municipal de Belmonte. Aludiu que por vezes não era um trabalho reconhecido por todas as pessoas e que até por vezes se começava a falar antes do tempo, pondo em causa o trabalho e a dedicação que o Gabinete Social tem vindo a ter.

Asseverou que recentemente tinha ocorrido uma tragédia, onde uma família tinha ficado desalojada e que a Câmara Municipal de Belmonte, através do seu Gabinete Social, tinha resolvido de forma eficaz o que era necessário fazer.

Seguidamente apresentou a sua saudação que se transcreve integralmente.

“A Autarquia tem por objetivo a qualidade de vida e o bem-estar dos munícipes conduzindo uma intervenção cada vez mais ampla e diversificada. As causas desigualdades sociais carência económica e vulnerabilidade sociais que conduzem uma exclusão social manifestam-se nas mais diversas áreas como a educação, a habitação, a perda de emprego ou até mesmo nos acessos a equipamentos e serviços. Assim a intervenção da Câmara processa essencialmente quer ao nível do estudo das necessidades quer ao nível da promoção e participação em projetos de intervenção comunitária e ainda criando ou fomentando a criação de novos equipamentos e respostas sociais. A Câmara Municipal de Belmonte após conhecimento das dificuldades enfrentadas por uma família numerosa no nosso concelho com nove crianças que se deparou recentemente com uma tragédia decidiu atuar de forma a minimizar a perda sofrida. Perante esta situação o Município decidiu realojar a família nas instalações do Centro de Dia da Gaia que anteriormente estava cedido ao Agrupamento de Escuteiros 33. O espaço foi escolhido para reunir as condições adequadas de habitabilidade onde todos os utensílios, equipamentos de cozinha, mobiliário, de quarto e sala. Além disso a Câmara Municipal de Belmonte está a assegurar o fornecimento de gás e luz assegurando o Agrupamento de Escuteiros a água e a internet. Esta iniciativa reflete um esforço coletivo. Assim sempre acreditamos e confiamos no Gabinete Social da Câmara Municipal de Belmonte desde o primeiro dia sendo incansáveis no apoio no esforço da realização evidenciando a necessidade e a importância do setor social e solidário que carece por vez de reconhecimento merecido. Como diz o provérbio se quiseres ir depressa vais sozinho se quiseres ir longe vai acompanhado. Muito obrigado, Senhor Presidente, por ter resolvido também este assunto.”

Para terminar deixou uma “Mensagem de Natal 2024 que se transcreve integralmente.

“Aproveitando também as festividades que se aproximam, queríamos endereçar a todos os Municípios do Concelho de Belmonte, familiares e amigos, uma mensagem de esperança e de confiança no futuro.

Vivemos uma quadra especial, vivemos um tempo novo, num Concelho que, apesar das adversidades, percorre caminhos de prosperidade e desenvolvimento inegáveis e que no horizonte encontra razões fortes para acreditar num futuro cada vez melhor.

É esse futuro que nós trabalhamos hoje e sempre, com pilares sólidos assentes na amizade, na paz, na fraternidade, na solidariedade e na família.

É assim que temos trabalhado juntos, unidos, de mãos dadas, num abraço imenso que reforça a esperança de uma vida cada vez mais feliz para todos.

É com este espírito de coração aberto que nesta quadra Natalícia, deixamos a todos, em particular aos habitantes do Concelho de Belmonte, os votos de um Natal Feliz e um Ano Novo muito Próspero.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes,

Faz hoje 100 anos que Caria foi elevada a Vila.

Uma distinção alcançada com muito mérito e que tem ao longo destes anos honrado esse estatuto.

Uma história marcada por gente de garra e luta, e sobretudo com um grande espírito de bairrismo, que defendem com orgulho a sua terra.

Durante todo o ano de 2024 foram realizadas várias atividades integradas no programa do Centenário. Atividades estas desde exposições, música, debates, etc.

Os Carienses uniram-se em massa para celebrar esta data histórica. E em conjunto com a Junta de Freguesia ou por iniciativa de vários grupos deram alma e corpo a várias ideias, enfeitaram as ruas, desenvolveram vários projetos.

Hoje pelas 17h00 irá ter início o evento de encerramento da Comemoração do Centenário, pelo que faço desde já o convite a quem queira estar presente neste momento simbólico para a Vila de Caria.

É para este Executivo um orgulho fazer parte desta história.

Muitos parabéns aos Carienses e à vila de Caria.

Aproveito para referir que aguardamos ainda resposta a alguns assuntos, como sendo:

Jardim público de Caria, em que já deram início aos trabalhos, mas aguardo ainda o envio do projeto para conhecer o que irá ser feito.

Estrada de acesso a Malpique, apesar de atrasados os trabalhos já deram início à pavimentação. Aguardo ainda o envio do projeto, e argumentação do facto de não ser contemplada a construção do passeio de 1 dos lados da via onde se encontra atualmente as valetas. É urgente a colocação de passeios ao longo da estrada para que os peões possam circular em segurança. É urgente a construção de passeios.

Para além disso agradeço que possam indicar quais os critérios na calendarização das atividades do Município, pois foram agendadas em simultâneo com duas das datas mais importantes do Concelho, como sendo a Santa Bebiana e o Jantar do Centenário.

Saber ainda porque não são divulgadas as atividades da Junta de Freguesia no programa cultural da Câmara Municipal. Nem os eventos são acompanhados pelo Visit Belmonte com cobertura fotográfica e publicação.

Termino,

Mais uma vez

Muitos parabéns aos Carienses e à Vila de Caria.”

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Começo por desejar a todos os presentes um bom Natal.

Vou começar pelo programa eleitoral, foi-nos apresentado pelo Partido Socialista, ao concelho de Belmonte um “livro” com vários itens, muitos ou a grande maioria, não vão ser cumpridos, eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, quais é que vão ser cumpridos neste próximo ano que falta?

Será que é a instalação de Gabinete de Medicina Dentária no Centro de Saúde de Belmonte;

Será que é o apoio à construção de uma Estrutura Residencial para pessoas idosas em Caria, ERPI qualificada?

Será que é a requalificação da Rua Pedro Álvares Cabral (Norte/Sul)?

Será que é a instalação é o desenvolvimento de uma rede municipal de transportes flexíveis?

Será que é a aquisição de autocarros elétricos e movidos a hidrogénio, destinados aos transportes públicos e transportes públicos municipais?

Será que é a implementação do sistema de teleassistência e monitorização aos idosos, que vivem sozinhos e/ou isolados, permitindo autonomia no seu domicílio?

Será que é a criação de Unidade Hoteleira em rede internacional de turismo sénior (saúde)?

Será que é o alargamento da oferta de serviços de fibra ótica no concelho (processo já iniciado a custo zero para o Município de Belmonte), permitindo o acesso a toda a população, tecido social e económico à internet de alta velocidade?

Estes são alguns pontos que eu trouxe aqui, mas, há muitos, mas muito mais, a minha pergunta é quais são os pontos do programa eleitoral que o Executivo pensa que irão ser cumpridos no resto do tempo que falta neste mandato.

Agora vou falar sobre o Parque Empresarial de Maçainhas, os terrenos foram comprados por 210 mil euros, segundo ouvi temos lá menos terreno do que a Câmara comprou, pergunto quanta área temos para o Parque Empresarial, pergunto ainda se os terrenos já foram pagos.

Aproveito ainda para pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que me seja enviado toda a documentação sobre este assunto.

Depois, ouvi a sua entrevista à Radio Caria, Sr. Presidente, e confesso que fiquei surpreendido com as suas palavras ao elogiar o Governo atual, dou-lhe os parabéns e fico muito contente com o seu reconhecimento e passo a citar as suas palavras “Olhe a nossa política nacional eu digo-lhe sou do Partido Socialista, mas não acreditava neste governo, está a ser em uma serie de coisas uma surpresa. Que acho, que o meu partido quando lá esteve tinha obrigação de fazer, uma surpresa boa” fim de citação. Agradeço-lhe essas amáveis palavras não estava de todo à espera dessas suas palavras.

Agora vou perguntar, ao Sr. Presidente quando acaba a vergonha de quem viaja de autocarro e chega a Belmonte, quer no Parque de S. Tiago, quer no estacionamento junto à loja do Cidadão, não haver casas de banho. Já trouxe este assunto aqui, irei trazer mais vezes até acabar o mandato se elas não forem feitas como é obvio.

Já trouxe aqui, trago novamente o assunto do muro da Travessa Feliz, em Colmeal da Torre, o Sr. Engenheiro Carlos Simões, na última reunião disse que estava para breve uma decisão, pergunto qual foi a decisão do Executivo sobre esta matéria.

Temos o CLDS 5G do concelho de Belmonte, que visa fortalecer as fragilidades dos setores mais desfavorecidos e carenciados. Pedia ao Sr. Presidente da Câmara, que nos falasse um pouco deste projeto, que tipo de candidaturas as Associações, podem fazer, e também se vai haver regulamentos para as candidaturas a este projeto.

Desagregação das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, foi um caminho longo, que começou a 20 junho de 2022, e que vai terminar em meados de janeiro, com a aprovação na Assembleia da República. Tudo indica, que as freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, vão ser desagregadas, é o culminar do excelente trabalho realizado pela digníssima Assembleia de Freguesia, e Junta de Freguesia, da União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre. Agora quero lamentar aqui nesta Assembleia Municipal, a falta de apoio por parte da Câmara, que não ajudou nem na parte na organização do processo, nem monetariamente.

Agora sobre este processo quero aqui fazer alguns agradecimentos pessoais:

Agradecer à Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia da União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre

Agradecer à Ex Deputada do PSD Cláudia André

Agradecer a atual Deputada do PSD Liliana Reis

Agradecer ao presidente do PSD da Distrital de Castelo Branco

Agradecer ao Engenheiro Silveiro, Presidente da Junta de Caria, que também me deu algumas informações sobre este assunto.

Por último quero dar uma palavra de apreço ao Deputado Dr. Jorge Paulo Oliveira, pela forma brilhante como conduziu este assunto da desagregação das freguesias.”

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra, saudou os presentes e desejou umas Boas Festas. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A gestão de resíduos é um tema central aos desafios ambientais com urgente necessidade de implementar sistemas sustentáveis para lidar com o grande volume de resíduos gerados com origem principal na má gestão dos resíduos.

A Sensibilização, literacia ambiental e a educação pública é urgente e o poder local, do nosso ponto de vista é decisivo para que mudanças comportamentais aconteçam.

A legislação sobre gestão de resíduos em Portugal está alinhada com as normas da União Europeia e visa garantir a minimização, reciclagem e tratamento adequado dos resíduos, nomeadamente a Lei n.º 182/2019, a Diretiva Europeia 2008/98/CE e o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR).

No concelho de Belmonte, a tarifa de saneamento é uma cobrança adicional nas faturas de água, destinada a cobrir os custos associados ao tratamento de águas residuais e à gestão de resíduos sólidos. Ou seja, assume uma Cobrança Baseada no consumo de água. Esse modelo estabelece um valor fixo mensal que os consumidores devem pagar, independentemente da quantidade de resíduos gerados. Ou seja, o município do concelho de Belmonte não tem opção de reduzir este valor na sua fatura, mesmo que contribua para a redução de resíduos em casa. A taxa de gestão de resíduos é injusta para o consumidor.

A partir de 1 de janeiro de 2030 as tarifas do setor doméstico devem deixar de ser indexadas ao consumo de água, ou seja, as tarifas têm de ser aplicadas sobre a quantidade de resíduos recolhidos, medida em unidade de peso ou estimada pelo volume de contentorização.

Os sistemas de Cobrança variável (por volume ou peso) RAYT cobra de acordo com o volume ou o peso dos resíduos gerados e é geralmente feito com o uso de contentores com chip ou peso para medir a quantidade de resíduos.

O Sistema de "PAYT" (Pague pelo que descartar) cobra os consumidores conforme a quantidade de resíduos que são descartados, incentivando a reciclagem e a redução de resíduos.

Tendo em conta que 2030 é já amanhã como pensa o Município de Belmonte desindexar a tarifa de resíduos do consumo da água?

Os Municípios estão também obrigados á recolha seletiva de têxteis, mobiliário e resíduos perigosos após 1 de janeiro de 2025.

Perguntamos:

- Como é que o Município operacionalizou essa recolha seletiva?
- Quais os números do sistema de recolha de bioresíduos, uma vez que, segundo dados da ERSAR, se verifica fraca implementação da recolha seletiva e que apenas 79 autarquias responderam a inquérito acerca desta recolha.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidadãos e público que assistem a esta reunião, e muito especialmente a todos aqueles gostariam de estar a assistir a esta Assembleia Municipal através dos meios audiovisuais.

Ponto nº 1- Parque de São Tiago. Sr. º Presidente não digo que o parque de São Tiago é uma vergonha sob pena de ser identificado como seguidor de um partido político de extrema-direita que ultimamente controla a Agenda política do Partido Socialista.

Não querendo usar esse adjetivo, o que me ocorre para adjectivar o estado em que se encontra, diria que está num estado lastimável, miserável.

É miserável o seu estado, como é lastimável a falta de manutenção, e monitorização.

Mais do que lastimável e miserável, são os atos cobardes, maléficos, praticados pelos vândalos (não têm outro nome) que se divertem em destruir a seu belo prazer o património de todos, e que a todos deve servir, e todos, todos mesmo, devem preservar e cuidar.

É lamentável que quem nos visita veja o que ali se encontra. Deplorável. Muito pouco dignificante para o nosso concelho e as nossas gentes.

Qual a imagem que fica dos belmontenses quando os nossos visitantes, e os nossos habitantes se dirigem aquele local, que tão belo e útil é quando em condições normais de funcionamento?

Já não é a primeira vez que este assunto é abordado na Assembleia Municipal pela bancada do PSD. O povo de bem, revolta-se com aquele cenário degradante.

Qual é o plano para de uma vez por todas, impedir a destruição daquele local? A videovigilância não será uma opção?

Esta intervenção não está na lista das obras eleitorais do próximo ano?

Ponto Nº2 – Sr. º Presidente, a pintura ou o mural que se encontra no muro de suporte do pavilhão Gimnodesportivo de Belmonte já não se apresenta condigno, pelo que apelamos aqui para que o Executivo encontre uma solução para uma nova pintura, mural/ Graphiti ou outra opção que considerem.

Sugiro envolver a escola, e talvez lançar um desafio junto dos alunos para que apresentem projetos para pintar e embelezar aquele muro.

Ponto nº 3

Declaração política

Em 2010 o governo do PS liderado por José Sócrates lançou vários cortes um dos quais o corte de 5% nos salários dos políticos. Passados 14 anos, e após 10 anos de governos socialistas, o atual Governo da AD pôs fim a uma injustiça perante os cidadãos portugueses de dedicam uma parte da sua vida á nobreza da Política, da governação e defesa dos direitos e liberdades do povo.

Assim os salários dos políticos vão deixar de ter o corte de 5%. É uma medida justa, oportuna que apenas peca por tardia, por falta de coragem do PS.

Os salários dos políticos são elevados para os políticos de pouca e má qualidade, e são baixos para os políticos de qualidade, fazendo com que os melhores gestores, os melhores economistas não vejam em muitos casos a carreira política como aliciante e minimamente recompensadora.

Se queremos os melhores, temos de ter contrapartidas salariais aliciantes capazes de os captar. Sem políticos de qualidade, quem sai a perder são todos Portugueses.

Ponto nº 4 – Foi ontem anunciada as shortlists dos filmes que poderão vir a ser nomeados aos Óscares 2025, e Portugal está representado com uma curta-metragem de animação. “Percebes” de Alexandra Ramires e Laura Gonçalves é um dos 15 títulos a integrar a lista dos pré-nomeados para a melhor curta.

É a segunda vez que um filme da Laura entra nesta lista, e esperarmos todos que seja desta que fique nos cinco nomeados aos óscares.

Laura Gonçalves, filha desta terra, apaixonada por ela, a ti desejamos-te a maior sorte e que o teu enorme talento seja justamente reconhecido em Hollywood.

Muito obrigado.”

Por fim, desejou umas Boas Festas e um Feliz Natal para todos.

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes

Estamos hoje aqui todos reunidos para votação do último orçamento deste Executivo.

Temos pena que assuntos importantes aqui trazidos por esta bancada, continuam por resolver, estando ainda mais agravados, são de realçar os seguintes assuntos que ou foram ignorados ou não houve competências para os resolver:

1º Nunca foi levado em conta a nossa proposta para um orçamento participativo, com a intervenção dos nossos cidadãos, indo ao encontro das suas necessidades;

2º O Município continua em modo primitivo no que respeita ao tratamento dos esgotos, continuando os mesmos a céu aberto, mesmo na sede do nosso Município;

3º Foi sempre referido neste órgão que existia um problema com a rede de águas residuais das enguias para a ETAR de Caria, cuja responsabilidade seria da empresa e que os trabalhos em falta eram da mesma, tendo o senhor Presidente afirmado que iria resolver a situação. Gostaríamos que nos esclarecesse sobre o ponto de situação?

4º O mau estado da nossa rede viária aparece agora neste orçamento e peca por tardio. No entanto queremos acreditar que mais vale tarde do que nunca. Não esqueçamos que na 1ª Assembleia o Senhor prometeu pavimentar uma estrada com o aumento do IMI e nunca o fez. Qual o tipo de intervenção que está prevista? Será apenas a colocação de “slurysal” ou irá ser algo mais sério? É que não basta agora no último ano de mandato vir pintar estradas em vez de intervir nas mesmas de forma correta e competente, não deixando para o futuro Executivo uma situação aparente de estradas asfaltadas, cuja cobertura durará certamente poucos meses.

5º Qual a real situação da candidatura ao IHRU?

Em suma o próximo Executivo terá uma missão muito difícil pela frente.”

Por fim, desejou Boas Festas.

A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Senhoras e Senhores,

Hoje, reunimo-nos também nesta assembleia para dar início ao último ano deste mandato, e por isso é essencial refletir sobre a importância do trabalho que foi desenvolvido pelo executivo municipal ao longo destes últimos anos. Um mandato diferente, sem a normal maioria partidária que até aqui o concelho estava habituado, porém impressa da mesma ambição, sentido de responsabilidade e vontade de melhoria.

À medida que nos aproximamos do final deste ciclo, é fundamental reconhecermos as conquistas e os esforços diários que foram feitos em prol da nossa comunidade, sabendo por certo que podia algumas vezes ter sido diferente, porém foi o melhor que quase sempre era possível.

Durante os últimos anos, temos visto um compromisso constante com o desenvolvimento local, a implementação de políticas públicas eficazes e a busca por uma gestão transparente e cooperante. O executivo demonstrou capacidade para enfrentar desafios e encontrar soluções que beneficiaram todos num concelho com representações muito distintas. Encontrou na oposição a oportunidade de melhorar e de chegar ainda mais longe, mostrando a capacidade que tem em governar as cinco freguesias que este concelho ambiciona.

Os projetos desenvolvidos não apenas melhoraram a qualidade de vida dos nossos munícipes, mas também favoreceram um senso de unidade e cooperação entre todos os cidadãos do concelho de Belmonte, não conseguindo ainda alcançar a cooperação desejada, mas na certeza de que o caminho é este.

Reconheço que a tarefa do executivo não é fácil e que muitas vezes exige sacrifícios e decisões difíceis. No entanto, a dedicação e a paixão demonstradas por esta equipa têm sido inspiradoras. Não os vemos em momento algum baixar os braços e abandonar projetos, pelo contrário, vemo-los trabalhar com mais empenho e afinco para chegar a um maior grupo de cidadãos, pese embora haja sempre quem queira provar que assim não o é.

Num próximo mandato é importante realçar a importância da continuidade na execução de estratégias que já demonstraram resultados positivos. A troca de líderes não significa uma rutura com a visão política estabelecida, mas sim uma oportunidade de revitalizar as abordagens e fortalecer a execução dos projetos.

O atual executivo possui um conhecimento profundo dos projetos em andamento, que é essencial para a sua conclusão bem-sucedida.

E se a continuidade é fundamental, é importante também destacar que novos líderes podem trazer inovações na abordagem, adaptando-se a novas circunstâncias e necessidades. A combinação de experiência com novas ideias resultará certamente numa gestão mais eficaz. A pluralidade política é boa para a democracia, mas o Partido Socialista continua a ser o partido mais bem preparado para dar continuidade à marca Belmonte, e prova disso é a estrutura que já está empenhada em assegurar o destino do concelho.

Por fim, é com gratidão que venho expressar o meu apoio ao trabalho deste executivo socialista e encorajar todos a continuarem este trabalho conjunto para um futuro ainda melhor para o nosso concelho. Que possamos sempre valorizar e incentivar aqueles que se dedicam a servir a comunidade, sem medo dos ruídos que possam ser criados com o objetivo de destabilizar.

A todos muito obrigado.”

Para terminar, desejou votos de Festas Felizes.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores Autarcas

Exmos. Senhores Munícipes

Exm^ª. Comunicação Social

Há bens a que só damos o seu devido valor quando os perdemos.

É assim com a saúde, com os bens patrimoniais, com os amigos, com a família, mas também com o entretenimento e com a cultura.

Com carolice, esforço, dedicação e empenho de alguns jovens cidadãos, foi atribuída a este concelho uma frequência de rádio 102,5; rádio com sede e local de

emissão em Caria, que foi durante muitos anos o órgão de comunicação do concelho e da região. Que levou aos seus ouvintes muitas horas de entretenimento, cultura, conselhos, notícias, novidades e da atividade municipal.

Infelizmente, a frequência 102,5 continua, mas por incúria e desleixo de uns e a falta de apoio de outros, hoje a radio Caria pouco ou nada nos diz. As notícias não são as nossas. A música não é a nossa, a publicidade não é a do nosso comércio, a rádio Caria não é a nossa rádio.

O Concelho conta atualmente para além da rádio Caria com mais dois meios de comunicação social: O Jornal de Belmonte e o Jornal Correio de Caria.

São estes dois periódicos mensais com uma tiragem de cerca de 1000 exemplares que mensalmente levam ao conhecimento dos habitantes do concelho e da região e em especial à diáspora tudo aquilo que vai acontecendo na comunidade.

Também eles só sobreviverão, com a carolice dos seus editores, da colaboração gratuita dos seus cronistas e jornalistas e em especial com o devido apoio institucional das autarquias. Penso que a Câmara Municipal tem vindo a apoiar estes dois órgãos de comunicação, através de publicidade publicada nas páginas desses periódicos, a qual será certamente benéfica quer para os referidos jornais quer para a própria Câmara e seu Executivo.

Não dispondo a Câmara Municipal de um roteiro ou uma agenda turística, penso que se poderia servir destes meios de comunicação para divulgar a sua atividade cultural e bem como de todos os seus eventos?

Chegou ao meu conhecimento que recentemente a Câmara Municipal denunciou o protocolo existente com o jornal Correio de Caria.

A ser verdade, quais as razões que levaram a Câmara a denunciar o referido protocolo e se existem efetivamente razões tão fortes que levem a uma atitude tão drástica.

Por outro lado, quais são os critérios de atribuição de publicidade a esses órgãos de comunicação social, uma vez que não é permitida a atribuição de subsídios.

Será que a breve trecho seremos privados de mais um meio de comunicação e conhecimento daquilo que se passa no concelho?

Apelo, pois, ao Exmo. Executivo Municipal que continue a utilizar estes meios de comunicação para interagir com a população do concelho.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores jornalistas, Caras e Caros Concidadãos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, lamento ter de lhe dizer isto, mas não é tolerável o envio sucessivo de novas versões e atualizações da documentação. A última

atualização chegou ontem mesmo às 17h, o que, como sabe não é admissível e é até desrespeitoso com o trabalho dos deputados que têm de fazer a sua análise dos documentos atempadamente. Talvez para alguns seja indiferente, até porque raramente intervêm, mas não é o caso da bancada do PSD.”

Seguidamente aludiu que tinham sido confrontados com dois documentos, e que ainda bem que tinham sido. Todavia, não sabia qual é que era o objetivo do primeiro, se era sobre a Mercosul, provavelmente seria, porque era o continente americano que aparecia, pois Portugal estava muito distante. Salientou que se pudessem analisar o documento com tempo teriam uma opinião mais fundada.

Em relação ao Plano de Ação, referiu que também gostava de o ter visto previamente para se poder pronunciar. Contudo tinha reparado que começava com uma referência à Troika de há quinze anos atrás, o que tinha resultado precisamente daquilo que tem sido feito em Belmonte, que era aproveitar o endividamento ao máximo e até excedê-lo e que tinha levado ao pedido de assistência externa. Logo estava muito ansioso em ler o documento.

Proseguiu com a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Dias Rocha, folgo em vê-lo de boa saúde. Devo dizer-lhe que notámos a sua ausência no espaço mediático, uma vez que tem sido frequente ser o seu Vice-Presidente a representá-lo. Também é certo que as autárquicas estão em marcha e há que dar palco aos candidatos, mas, Sr. Presidente, ao fazê-lo, o Sr. Vice-Presidente fica comprometido com o que está a ser este mandato. Fica, pois, muito claro que o que será escrutinado nas eleições de 2025 é o mandato deste executivo, e não outro ou quaisquer boas intenções.

E Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, ficam aqui desde já os meus votos de um excelente período de Natal, de tempo com a família e amigos, desejando que 2025 seja um ano melhor que 2024, com saúde para todos. Será também um ano importante para o futuro do concelho, com eleições autárquicas, pelo que não posso deixar de apelar desde já à elevação do debate político, ao respeito por todas e por todos, pelas suas singularidades, onde cada uma e cada um tenha direito à preservação da sua vida privada e ao respeito enquanto ser humano. Só assim conseguiremos dignificar o concelho e quem não o fizer, não estará seguramente ao nível de merecer confiança.

E já que falamos de política, Sr. Presidente, é público que a Câmara Municipal de Belmonte pagou uma verba considerável para que fossem gravados na vila de Belmonte alguns episódios da novela A Promessa do canal de televisão SIC. Sr. Presidente, não conte da minha parte com populismos. Não o vou fazer, até porque consigo perceber que possa ter havido boa intenção nesta estratégia de divulgação ou de marketing de Belmonte. Mas Sr. Presidente, tenho de lhe dizer o seguinte. Como é possível o Sr. aceitar que a imagem de Belmonte tenha sido denegrida desta forma vil, com expressões que colocam o concelho no fim do mundo, sem condições para morar ou sequer se ter um filho por falta de assistência médica. Bem sei que o Sr. Presidente deu uma entrevista

num programa de moda ou de socialite ao mesmo canal de televisão. Mas a verdade é que, enquanto a novela maledicente passou repetidamente no horário nobre, onde se diz mal de Belmonte, a sua entrevista e a apreciação positiva dos atores passou uma única vez, e em horário com muito menos audiência, após o almoço. Perante isto, Sr. Presidente, pergunto-lhe

- Quantos episódios forma contratados para serem gravados em Belmonte?

- O Município apresentou protesto à estação de televisão?

- Como vai ser feita a reparação dos danos provocada à imagem do concelho?

Termino com um pedido de informação. Sr. Presidente, veio há uns meses atrás a esta Assembleia o assunto da concessão de comodato de um piso do edifício Municipal a uma associação privada com fins lucrativos. Nessa ocasião o Sr. Vice Presidente disse que gostava de auscultar a Assembleia e que tomou nota das preocupações, revelando ainda que a decisão ainda não estava tomada. Se bem interpretei o sentido de pronuncia desta Assembleia, levantaram-se várias questões, sérias, a que não foram respondidas. Neste contexto, pergunto-lhe se o Executivo já tomou alguma decisão a este propósito e, se tomou, peço-lhe o favor de explicar a esta Câmara os contornos de um eventual acordo realizado. Obrigado.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente aludiu que tinha entregado aos Senhores Deputados por uma questão de cortesia e informação o Plano de Ação para 2025, bem como o Guia do Investidor que o Município tinha para quem quisesse vir para Belmonte ou para quem estivesse interessado em investir cá. Pelo que esperava que houvesse cada vez mais interessados.

Posteriormente agradeceu ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), pela amabilidade que tinha tido em se preocupar com a sua saúde. Tendo frisado que felizmente se encontrava bem e que se Deus quisesse estaria cá na presença do Senhor Deputado até ao final do seu mandato.

Saudou o facto de ter existido a desagregação das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, pois era uma ambição da população do Colmeal da Torre, esperando assim, que todo esse processo corresse bem.

Aludiu que a Freguesia do Colmeal da Torre, tinha resolvido ficar sem nenhuma das suas fontes de receitas, pois todo o património que tinha foi entregue a entidades fora da freguesia/autarquia, contudo havia de se arranjar soluções. Todavia a solução estava tomada em boa hora, pois achava que todas as pessoas era isso que queriam que

acontecesse, nomeadamente a população do Colmeal da Torre, estando todos de parabéns, em particular esta população.

No que concerne ao fim do pagamento das portagens nas nossas autoestradas, saudou o fim da luta que tinha sido travada durante muito tempo e em que os Autarcas também tinham estado. Asseverou que esperava que essa medida pudesse trazer valor acrescentado à nossa região.

Por fim, e porque os últimos por vezes eram os primeiros, saudou Caria pelos seus cem anos de vila, sendo que esta tinha um passado e um presente muito interessante.

Asseverou que tendo em conta a riqueza patrimonial de Caria, esperava que muitos dos turistas visitassem Caria, até mesmo os turistas que visitassem Belmonte.

Seguidamente informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, que o projeto do Jardim de Caria iria-lhe ser entregue e que a obra já tinha começado.

Relativamente ao ramal de Malpique, comunicou que estava para muito breve, a sua conclusão.

Em relação aos passeios era um assunto que estava a ser analisado, pois a divisão técnica do Município tinha-lhe transmitido que poderiam existir algumas dificuldades, porque a via não tinha grande largura. Contudo a parte técnica estava a ser estudada, sendo que posteriormente se via se existiam condições para se colocarem os passeios. Todavia, todos sabiam da importância dos passeios para a segurança das pessoas.

No que concerne à divulgação das atividades da Junta de Freguesia de Caria, referiu, que iria dar indicações ao Gabinete de Comunicação do Município, que caso as mesmas não estivessem a ser feitas para as fazerem.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), e relativamente às obras que iriam ser executadas, informou que irão ser feitas as obras que fossem possíveis. Todavia, gostava de ouvir por parte do Senhor Deputado, que até que enfim que este Executivo que não tinha feito nada, que agora até estava a fazer coisas, mas que nem isso tinham sido capazes de reconhecer.

Aludiu que tinha conhecimento que o Grupo DS (grupo que ganhou o concurso para a colocação da internet das zonas que estavam em branco) até junho, 99% do concelho iria estar todo envolvido com internet, pois era uma ambição que tinham.

Em relação ao CLDS, referiu que o mesmo tinha recentemente começado a funcionar na Câmara Municipal e que oportunamente informariam e dariam conhecimento às coletividades e às associações de como se poderão candidatar, a fim de terem intervenção por parte do CLDS

No que concerne ao processo de demolição de uma casa, mencionou que o processo existia nos serviços técnicos, sendo que o mesmo estava para consulta, assim que o quisesse consultar poderia dirigir-se aos serviços técnicos.

À Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), e relativamente à gestão dos resíduos, mencionou que era uma situação que os preocupava. Todavia, não estava preocupado com o que iria acontecer em 2030, estava em 2024 e tinha outras preocupações, pois quem viesse a seguir certamente que se iria preocupar com essa temática.

Asseverou que o preocupava se estavam ou não estragados os contentores do lixo e se estava a ser feita a recolha conveniente e atempadamente, isso sim, é que o preocupava.

Relembrou que a empresa responsável pelas recolhas, era a Resiestrela.

Salientou que estava muito preocupado em ver pessoas a deixarem lixo à porta daquela estrutura, o que era miserável, pois bastava ligarem para a Câmara, que os serviços iriam imediatamente retirar o lixo e colocá-lo no local correto, agora deixarem o lixo junto à estrada não ficava bem.

Aproveitou o facto de estar presente a comunicação social na Sessão, para que os mesmos pudessem divulgar a situação e dizer à população que não custava nada ter-se alguma cautela à maneira como colocam os resíduos.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), e relativamente às casas de banho do Parque de Santiago, referiu que todos estavam preocupados.

Informou que até ao final do ano estaria concluído o projeto de reconstrução, pois tinha sido tão destruído que tinha de existir um projeto novo de reconstrução. Contudo esperava no início do ano avançar com a obra.

No que concerne às pinturas feitas nas paredes junto ao Pavilhão Gimnodesportivo de Belmonte, referiu que a Câmara Municipal não tinha tido qualquer responsabilidade dessas pinturas, tendo sido uma empresa que tinha feito as mesmas. Contudo as mesmas estavam muito degradáveis, pelo que achava que era altura de se fazer alguma coisa, sendo que iriam ter em conta a recomendação do Senhor Deputado.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), e relativamente às casas de banho na loja do cidadão, informou que a Empresa CCC – Associação Cinema Cultura e Ciência, estava sedeadada em Belmonte, sendo a sua sede no antigo edifício do Banco Espírito Santo.

Aludiu que o Município de Belmonte tinha celebrado com a Associação um Contrato de Comodato com a duração de vinte anos, a fim da Associação aproveitar os pisos por baixo da Loja do Cidadão e fazerem as casas de banho públicas, a fim de darem apoio a quem nos visitasse uma vez que paravam ali os autocarros.

Frisou que esperava a qualquer momento que lhe fizessem chegar o projeto da obra referente à intervenção que iriam fazer

Comunicou que era uma empresa na área do cinema, da cultura e da ciência, sendo que iriam apostar na criação de startups e no apoio a empresas que pretendessem iniciar-se em Belmonte, uma vez que era uma área que interessava ao Município.

Ao Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), comunicou que não tinha sido feito o Orçamento Participativo.

Em relação ao problema das águas residuais, referiu que era um problema que era da responsabilidade das Águas do Vale do Tejo.

Aludiu que existia um acordo que tinha sido iniciado no ano 2000, onde estavam as obras que tinham de ser feitas no concelho de Belmonte. Nessa altura era ele o Presidente, tendo ele mesmo uma certa culpa, porque como era o Presidente não queria ser acusado que colocava Belmonte à frente dos outros, tendo Belmonte ficado para trás. Mas que na verdade não se tinham feito as obras que deviam ser feitas, nomeadamente a ligação à ETAR de Caria.

Referiu que desconhecia se já tinham resolvido o imbróglio com a justiça e com a empresa. Pelo que na verdade a obra ainda não estava feita, sendo que continuavam a insistir com a obra.

No que dizia respeito à pavimentação, lembrou que tinham tentado convencer as Infraestruturas de Portugal, da sua responsabilidade e que até tinham reunido com o Senhor Ministro. Mas que na verdade as coisas não tinham andado e que não podiam continuar à espera. Salientou que felizmente o Município tinha conseguido uma folga financeira para conseguir fazer o empréstimo.

Asseverou que o empréstimo era para fazer a estrada de ligação entre o Ginjal e a Ponte de São Sebastião em Caria, sendo que também havia outras estradas que necessitavam. Todavia existia uma estrada que o próprio tinha achado que não deveria fazer, uma vez que era uma estrada Nacional, que era o nó de Maçainhas até às estradas que eram nossas. Logo as Infraestruturas tinham a obrigação de assumir essa obra, sendo que o Município tinha tapado os buracos.

Aludiu que estavam a aguardar a vinda das Infraestruturas de Portugal a Belmonte, o mais rápido possível.

Informou que os novecentos e trinta mil euros era para fazer a obra que já tinha referido desde o Ginjal até à ponte de São Sebastião em Caria, o ramal do Colmeal da Torre e o ramal desde o cruzamento para a Estação até às Inguias. Era óbvio que a Estrada do Monte do Bispo e o outro lado de Malpique também precisavam. Pelo que se não houvesse apoio por parte das Infraestruturas de Portugal, o Município avançaria de acordo com as suas capacidades financeiras essas obras.

À Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), agradeceu-lhe as suas palavras.

Ao Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), transmitiu que o Município de Belmonte não tinha nenhuma responsabilidade relativamente à Rádio Caria.

Referiu que tinha transmitido ao Senhor Presidente da Rádio Caria que o Município estava descontente, pois não davam notícias sobre o nosso concelho, sendo que o mesmo o tinha informado que essas notícias não lhe chegavam, pelo que se tinham de fazer chegar essas notícias.

Asseverou que tem ouvido na Rádio Caria notícias generalistas, sendo que estão em falta as locais, estando a insistir com o Senhor Presidente da Rádio Caria para que haja essas notícias locais, sendo que o mesmo tinha comunicado que o iria fazer.

Em relação às opções com quem o Município de Belmonte trabalha em termos de comunicação social, jornalísticos ou radiofónicos era uma opção do Executivo.

Salientou que tinham de noticiar aquilo que era obrigatório e aquilo que achassem que deveriam noticiar.

Frisou que poderia haver muita gente que quisesse noticiar Belmonte e que tenha medidas para promover Belmonte, mas ninguém queria mais do que ele próprio e que tudo fará para promover o concelho de Belmonte e tornar cada vez mais agradável Belmonte. Por isso vir no Plano de Ação um conjunto de intervenções que o Município irá fazer no próximo ano, caso o orçamento seja aprovado, pois nunca tinha existido um orçamento tão grande como o deste ano, pelo que não era só em Belmonte também era generalizado pelo país todo, uma vez que o PRR, a isso obrigava.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que a melhor forma de promover Belmonte era através da comunicação social e não era ostracizando qualquer meio de comunicação social que se desenvolvia Belmonte.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que não estava a ostracizar ninguém. Todavia, o Senhor Deputado havia de lhe explicar se era assim tão importante o meio de comunicação a que se estava a referir.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e mencionou que eram os dois únicos meios de comunicação que tinham e que eram nossos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que não era verdade, pois tinham o Notícias da Covilhã, o Jornal do Fundão e o Jornal O Interior.

Referiu ainda que esses meios de comunicação que o Senhor Deputado Acácio Dias, estava a mencionar eram dele se assim o considerasse, pois, o próprio não considerava nem um nem outro seus.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), aludiu que não era preciso ficar surpreendido com a sua entrevista, pois o próprio elogiava quem tinha de elogiar e

criticava quem tinha de criticar, uma vez que não estava vendido a nenhuma força política, nem a ninguém.

Frisou que os membros do Governo com quem tem estado, têm sido extremamente simpáticos, pois ainda esta segunda-feira tinha estado com o Exmo. Senhor Primeiro-Ministro, num concerto no Centro Cultural de Belém relativamente aos quinhentos anos da morte de Vasco da Gama.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), e relativamente ao envio tardio de alguma documentação referiu que o Senhor Deputado tinha razão. Todavia a culpa não era do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois o próprio assumia a culpa nos atrasos do envio da documentação, pois por vezes existiam falhas, se bem que solicitava aos seus serviços para que as mesmas não existissem. Esperando assim, que cada vez menos ocorrem-se essas falhas.

Em relação à telenovela “A Promessa”, aludiu que o que pretendia era promover/divulgar Belmonte.

Mencionou que sabia que o tinham criticado por ter gasto noventa mil euros, mas ainda não os pagou. Todavia, era preciso saber-se quanto é que custava um minuto de publicidade na SIC, que eram trinta mil euros.

Seguidamente questionou o Senhor Deputado António Marques, se ele se tinha sentido muito ofendido quando tinham referenciado que “Belmonte era atrás do mundo”. Aludiu que tinha recebido manifestações de pessoas a mostrarem-se satisfeitas por verem Belmonte a ser divulgado.

Aludiu que os atores tinham sido extremamente simpáticos da forma como falaram às pessoas tanto em Belmonte como em Caria, ou seja, à população em geral.

Relembrou que a atriz Sofia Alves tinha estado recentemente a apresentar uma peça de teatro em Belmonte, sendo que o próprio não tinha estado presente, uma vez que esteve a representar o Município de Belmonte na Feira Ecoraia, mas que a sala tinha estado cheia.

Salientou que a telenovela “A Promessa”, tinha uma história/guião, sendo que não o chocava nada terem dito “vou ter o meu filho ao fim do mundo”, pois era o papel da atriz, que era um papel desagradável.

Relativamente às imagens, frisou que tinha recebido dezenas de telefonemas de pessoas que não tinham nada a ver com Belmonte a dizerem que tinham adorado ver Belmonte.

Asseverou que preferia ver Belmonte ser assim falada do que aquando tinha dado a telenovela “Belmonte” e as pessoas que nos visitavam dizerem que este Alentejo era tão bonito.

Referiu que tinha sido uma aposta e que não tinha sido má, tendo em conta a divulgação que tinha existido, pois a mesma tinha sido importante e significativa.

Mencionou que o assassinato que tinha ocorrido recentemente no concelho tinha sido mais desagradável, sendo que por essa situação tínhamos andado em todos os órgãos da comunicação social durante uns dias.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e informou que em nota de curiosidade encontrava-se em Caria um grande camião a fazer promoção dos vinhos de Belmonte e Alentejo.

Asseverou que não existia nenhuma empresa que contratasse serviços de marketing e de promoção, como tinha sido o caso do da Câmara Municipal de Belmonte, eu que não fizesse uma prévia avaliação daquilo que iria ser dito.

Aludiu que não estava em causa a boa intenção da Câmara Municipal, sendo que também não o tinha ouvido falar de populismos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que era uma telenovela era uma história.

Asseverou que Belmonte provavelmente ainda iria reaparecer nos futuros episódios da telenovela.

Informou que a Câmara Municipal estava a pagar a uma empresa e não à SIC.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), esclareceu que a área do parque industrial estava mais que conversada, estando a mesma referenciada no documento que foi entregue no início da Sessão. Todavia, esse documento não era para ser hoje conversado, apenas era para os Senhores Deputados terem conhecimento do mesmo.

Salientou que não tinha achado nenhuma graça à referência que o Senhor Deputado António Marques tinha feito a este documento que era para brasileiros, pois os mesmos tinham-lhe solicitado que nesse documento fossem utilizados termos brasileiros.

Informou que em relação às casas apenas estavam a aguardar a vinda do IHRU para se fazerem as escrituras, a fim de se começarem com as obras.

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Relativamente à ata, alerto que há respostas por parte de intervenientes que não estão devidamente descritas. Relativamente às respostas do Sr. ^o Eng Simões é

referido que o mesmo prestou os devidos esclarecimentos, e prestou, mas não estão descritos nem resumidos na ata. O nosso voto é a favor - condicionado.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra referiu que votavam a favor, contudo os esclarecimentos deviam constar na ata anterior.

Seguidamente passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **17** votos a favor, da Bancada do PS (8), da Bancada da PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **2** abstenções do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amândio Manuel Ferreira Melo e do Senhor Deputado Pedro Miguel Fonseca Catalão (PS), por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 27 de setembro de 2024.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Câmara Municipal de Belmonte ofereceu um smartwatch aos idosos do concelho.

Será uma parte integrante do programa Caravela Digital (ainda está vivo esse projeto?)

Mas tenho uma pergunta, que decorre do que fui ouvindo relativamente à dificuldade de os idosos usarem essa tecnologia, nomeadamente com emparelhamento com smartphones (alguns não têm sequer), ou configuração do próprio smartwatch.

De certeza que esta prenda foi muito bem pensada e, por isso, pergunto-lhe Sr. Presidente se estão previstas ações de formação e de esclarecimento, e se sim, quando e onde serão essas ações, para que todos os idosos e não apenas os mais familiarizados com tecnologia, possam efetivamente beneficiar do que são as vantagens de um smartwatch.

Pergunto ainda,

Quantas empresas foram consultadas para a aquisição dos relógios com um custo 18.540 euros

Qual o valor pago pela Câmara por cada relógio

Quantos relógios foram adquiridos”.

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra saudou os presentes e desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo a todos os presentes e aos Municípios. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Na reunião de 19 de novembro, e cito a ata, “Após troca de impressões, a Câmara Municipal de Belmonte, deliberou por unanimidade a suspensão do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal”, fim de citação. Gostaríamos de perceber os motivos que levaram à suspensão do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais económicas de Interesse Municipal, isto depois de nessa reunião terem aprovado 3 iniciativas ao abrigo deste regulamento.

E se há intenção de criar um novo regulamento, com medidas de apoio reforçadas na intenção de melhor captar investimento de interesse municipal.”

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Início da minha intervenção com um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara pelo outdoor de boas festas em Caria, pois na última sessão, a uma questão minha sobre a retirada de um outdoor, referiu e passo a citar “informou que enquanto fosse Presidente não iria colocar mais outdoors, tendo já solicitado ao senhor responsável pelas estruturas que as viesse retirar”, ainda bem que reconsiderou agradecemos.

Quanto ao documento apresentado, pedir apenas alguns esclarecimentos, acerca de assuntos tratados e referidos, genericamente no ponto 8 reuniões da Câmara;

- De que se trata a proposta de desenvolvimento de turismo sustentável em Belmonte Carlos Alberto Querido dos Santos? até temos receio de um novo plano de recuperação turístico!!!

- Nas GOP de 2005, são previstas obras no edifício da escola de Malpique e neste documento damos conta do pedido de cedência de uma das salas à Associação Amigos do Fole, qual a decisão a este pedido?

- Aprovado que está a revisão do projeto da área empresarial Belmonte, na qual não nos revemos, e depois de vários pedidos de esclarecimentos, qual a real ocupação do parque industrial da estação de Belmonte?”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), que o Município tinha retirado a sala cedida à Associação Amigos do Fole,

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), retomou a palavra e referiu que podia ter sido a própria a interpretar dessa forma.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu a Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), que no Parque Empresarial estavam apenas dois espaços livres, mas que tinham quatro pedidos para lá, sendo que iam conversar com as pessoas. Contudo existia uma área maior, pelo que existia a garantia por parte do proprietário que iam iniciar rapidamente a obra.

Podendo assim dizer-se que estava plenamente preenchido o Parque Empresarial.

Em relação aos Outdoors de Caria, referiu que não tinha mudado de opinião, apenas não poderia admitir, pois os Outdoors em Belmonte e nas outras freguesias não apareciam rasgados e os de Caria apareciam. Logo se apareciam rasgados era porque não os queriam lá, se não os queriam o próprio também não os colocava.

Referiu que não tinha colocado um Outdoors, apenas tinha colocado junto à ponte umas Boas Festas à população, estando à espera que a qualquer momento o Senhor viesse retirar as armações que se encontravam na rotunda

No que concerne ao Senhor Carlos Santos, referiu que era um Senhor que tinha uma empresa e que estava interessado em construir um projeto turístico no Bairro do Olival Grande em Belmonte. Sendo nesse sentido que esse Senhor tinha apresentado uma proposta à Câmara Municipal. Contudo o mesmo ainda se encontrava a aguardar uma resposta por parte de Câmara, uma vez que ainda se encontravam a analisar a proposta. Frisou que o Executivo desejava que houvesse investimentos, pelo que gostavam que existisse ali uma estrutura diferente, mas se não aparecesse mais nada a não ser esta, iriam com certeza pensar seriamente em aceitar esta proposta no ramo da hotelaria, ou seja, vivendas para turismo.

Ao Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), e relativamente à suspensão do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, informou que o Executivo tinha a intenção de criar um Regulamento novo, pelo que o anterior não estava correto. Estando esse regulamento pronto em janeiro

Ao Senhor Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD), e no que respeitava à oferta dos relógios aos idosos do concelho de Belmonte no dia do almoço de Natal, referiu que os relógios tinham várias características, sendo elas de medir o oxigénio no sangue, a tensão arterial, a frequência cardíaca e a medição do número de passos.

Informou que tinham logo dito aquando da entrega dos relógios aos idosos, que existia uma equipa da Câmara Municipal, disponível para os ajudarem caso fosse necessário. Podendo essa mesma equipa deslocar-se ao Colmeal da Torre, às Inguias, etc.

Bastava os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia alertarem que existiam um conjunto de idosos que não sabiam trabalhar com o relógio. Esperando que o relógio fosse útil para eles.

Para terminar, aludiu que cada relógio tinha custado vinte e dois euros já com o Iva incluído.

3.3 - Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades 2025 da EMPDS, Belmonte EM

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“1 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2025

Foi presente à reunião de Câmara para apresentação, discussão e votação, as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Belmonte para o ano de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e referiu que era um orçamento feito pela “prata” da casa comandada pelo Senhor José Manuel Caninhas Figueiredo.

Salientou que neste orçamento estavam previstas as obras que considerava essenciais para o próximo ano.

Informou que se tinha passado de um orçamento de dezassete milhões cento e trinta e oito mil euros, para um orçamento de vinte e cinco milhões oitocentos e vinte e seis euros, tendo em conta as candidaturas que iriam apresentar e que tinham a garantia

que iriam ser aprovadas. Nomeadamente o que estava planificado para o 2030 pela CCDR-C, pela CIMBSE e pelas candidaturas ao PRR.

Por fim, enumerou as obras que estavam previstas para o próximo ano:

Reabilitação de cinco Fogos Habitacionais:

- Edifício da Escola da Pimenta
- Edifício da Escola da Gaia
- Edifício da Escola de Malpique
- Escola de São Marcos em Caria

Construção de trinta Fogos Habitacionais Modulares (Sistema Construtivo LSF) a Implementar no Sítio do Olival Grande - Belmonte:

- Candidatura integrada no Projeto de Habitação a Custos Acessíveis das Beiras e Serra da Estrela.

Construção de cinquenta Fogos Habitacionais Modulares (Sistema Construtivo LSF) a Implementar no Sítio da Carvalheira - Caria (Belmonte):

- Candidatura submetida no âmbito do Aviso de Publicação PRR n.º 01/C02-i05/2015 – Parque público de habitação a Custos acessíveis – Linha de empréstimos.

1º Direito

- Aquisição de seis Fogos Habitacionais, dispersos pelo concelho de Belmonte, candidatura submetida no âmbito do Aviso de Publicação PRR n.º 01/C02-i01/2021 (Programa 1º Direito).
- Reabilitação/construção de nove Fogos Habitacionais
 - Edifício da Praça da República (Ex. Correios) 2 T0 + 4T1
 - Edifício da Rua de Santo Antão 3 T1

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Depois de uma análise feita ao Plano e Orçamento de 2025 concluí que estes documentos apresentam uma receita anual no valor de 25 826 041 euros, dividido em 9 939 091 euros de receitas corrente e receitas de capital 15 352 280, apresentando um equilíbrio entre receita e despesa. Sendo um plano e orçamento muito generoso, ultrapassando em cerca de 10 milhões o orçamento do ano em curso. Justificando-se a subida desta ordem de grandeza com o juntar de muitas obras que deveriam ter sido feitas durante o mandato que está a entrar na sua reta final.

Analizando a várias rubricas vemos que tem uma aposta muito forte ao nível da habitação com candidaturas ao nível do PRR e também no parque empresarial que mais

uma vez vem candidatado no Portugal 2030, assim como no plano rodoviário veem quase um milhão para a rede viária, que está como todos sabemos e eu bem precisa que lhe acudam. Este investimento na rede viária só é possível através de empréstimo bancário, mas como povo diz (vão-se os anéis fiquem os dedos), é um plano e orçamento que poderá fazer a diferença, principalmente ao nível da habitação onde existe uma aposta forte e que o concelho precisa.

Este plano muito ambicioso e ter ambição até é positivo, pecou por ser um instrumento que na sua elaboração não teve a discussão e avaliação, que uma gestão que se quer objetiva e transparente deveria ter, não foram chamados os Senhores Presidentes de Junta, nem qualquer Membro do Executivo da oposição, por isso este Plano e Orçamento é do PS. Eu como eleito deste órgão e responsável que sou, não posso votar o documento favoravelmente, como não posso votar contra, pelo volume de obras que este contém, por isso opto pela abstenção, porque este é o vosso Plano e Orçamento. Ficando a torcer para que ele venha a ser executado maioritariamente, em particular no que diz respeito à parte da habitação e da rede viária.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, André Filipe Reis Rosa Correia, tomou a palavra e deu nota que no dia de ontem tinha estado a ver o Dr. António José Seguro na CNN, e que este tinha dito uma coisa que concordava plenamente, que tinha sido relativamente ao chumbo de orçamentos e aos votos contra os orçamentos.

Asseverou que obviamente não iria votar contra o orçamento apresentado pelo Município de Belmonte, para além de até achar que era um bom orçamento. Todavia, achava que o mesmo vinha a dar resposta às obras que eram necessárias e por isso merecia o seu voto a favor, como o que tem sido nos últimos anos.

Aludiu que não queria deixar de dizer ou de reforçar a sua concordância com aquilo que o Dr. António José Seguro, tinha dito ontem e que até concordava com o que disse, que era para “alguém votar contra o orçamento deveria ter uma proposta alternativa a apresentar, porque isso também limitaria muito aquelas pessoas que apenas votavam contra por votar contra, que era para não votar a favor ou para se abster.

Para terminar referiu que o Dr. António Seguro era do partido socialista, mas que tinha falado bem.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Pereira Carrola Mariano, tomou a palavra e referiu que ficava satisfeito que deste novo plano fosse executado pelo menos no mínimo 50%, pois nestes últimos anos tinham andado um pouco adormecidos e que agora queriam fazer tudo.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Pinto Dias Rocha, do Senhor Vice-Presidente, Dr. Paulo Borralhinho, do Senhor Vereador André Reis e do Senhor Vereador José Mariano e com abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para apreciação, discussão e votação nos termos da al. a) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025, documento que inclui o Plano de Atividades e Orçamento 2025 da EMPDS, Belmonte EM.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 05 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Mais uma vez este documento não passa de um plano de intenções que como habitualmente cada vez vemos menos realizadas.

Continuam as lamentações da falta de público que em tempos se atribuíram à pandemia e agora mais recentemente aos confrontos bélicos na Ucrânia, na Rússia, em Israel, na Faixa de Gaza ou na Síria.

Em consequência, prevê-se já neste plano de intenções contar com a proteção da Câmara Municipal, para fazer face à falta de recursos financeiros que sustente a atividade da Empresa Municipal.

Tratar-se-á certamente de inercia do seu concelho de administração, uma vez que não faltam motivos para por em prática não só as ações que estão previstas no documento, mas até outras que se vão realizando por terceiras entidades com o patrocínio da Câmara Municipal, as quais deveriam ser promovidas e realizadas por esta Empresa Municipal.

Por outro lado constatamos que a rede de museus da Aldeia Histórica de Belmonte se têm vindo a degradar sucessivamente, como foi o caso de Ecomuseu do Zêzere, ou do Museu do Azeite ou mesmo do Museu dos Descobrimentos onde os equipamentos de interatividade se encontram por vezes inoperacionais e onde se nota uma falta de atualização de conteúdos levando a que o público aos poucos perca o seu interesse pela visita ou mesmo para o aconselhar a um amigo.

Salienta-se no documento que o orçamento para o ano de 2025 tem por base os custos e proveitos históricos, mais concretamente o Balancete de Setembro de 2024 que nos foi anexado: (aliás, incompleto, uma vez que só foram enviadas as páginas ímpares

e só após solicitação nos foi enviado completamente) Verificamos que no Balancete de Setembro de 2024 temos os seguintes valores:

<i>Conta 71 Vendas</i>	<i>32 221,00 Euros</i>
<i>Conta 72 Prestação de serviços</i>	<i>164 780,00 Euros</i>
<i>SOMA</i>	<i>197,001,00 Euros</i>

Cento e nove e sete mil euros a dividir por nove meses e multiplicar por 12 daria um proveito previsional destas duas rubricas de cerca de 263 000,00 euros, no entanto a previsão de projectos é no mapa previsional de 316 000,00 euros, um desfazamento de 53 000,00 euros o que representa só aqui um deficit de cerca de 16 % para menos.

Para avaliar da rentabilidade da Empresa Municipal bastaria confrontar a rubrica de custos com pessoal, orçamentada em 331 657,00 euros com a rubrica de Venda e prestação de serviços no valor previsto de 316 000,00 euros. A empresa não gera, portanto, recursos para fazer face aos custos com pessoal.

Outras rubricas nos causam igualmente sérias dúvidas; na previsão de receitas está prevista uma receita de 15 000,00 euros referente ao aluguer e serviços da Feira Medieval. A questão que se coloca é a seguinte: onde está refletido na rubrica de despesas o pagamento e montagem dos equipamentos de suporte da feira, nomeadamente o aluguer e montagem das barracas, das casas de banho e retretes moveis, os serviços de eletricidade, etc. Serão estas despesas suportadas pela Câmara Municipal. Sendo, portanto, mais um subsídio não contabilizado?

Concluindo: Este documento carece de algumas explicações, para que com alguma razoabilidade lhe possamos atribuir credibilidade.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Empresa Municipal de Belmonte defende o bom desenvolvimento de uma política cultural assente numa estrutura consolidada, evidenciando a preservação do património cultural, entretenimento e empreendedorismo.

A concretização destes objetivos passa pela criação e operacionalização de um sistema integrado de dinamização e promoção empreendedora do concelho.

A Empresa Municipal, tem vindo a contribuir para acelerar o ritmo da modernização nos diversos domínios de intervenção, estimulando a cooperação interinstitucional, associativismo e empresarial.

A Empresa Municipal pretende dar continuidade ao trabalho que tem desenvolvido ao longo destes últimos anos, tendo como objetivo o reconhecimento nacional e internacional do concelho, enquanto montra de património cultural e etnográfico, apostando no empreendedorismo através da colaboração e parcerias, de modo a organizar eventos e condições capazes de atrair novos públicos visitantes, e capaz de fixar ao mesmo tempo o público residente no concelho.

Assim, a elaboração deste documento, define a estratégia e os objetivos da Empresa, pelo que votamos a favor, dos presentes documentos de gestão previsional para 2025, definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“É conhecida a oposição da CDU à existência da Empresa Municipal.

O que a Empresa faz, a Câmara Municipal podia fazer, com igual ou maior eficácia, poupando recursos e garantindo os postos de trabalho com mais direitos.

Os instrumentos previsionais também confirmam, uma vez mais, que a empresa só subsiste com o apoio da Câmara Municipal.

É por tudo isto que votamos contra e insistimos na internalização de atividades e dos trabalhadores na Câmara Municipal.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e asseverou que enquanto fosse Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, a Empresa Municipal iria continuar.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Orçamento e Plano de Atividades 2025 da EMPDS, Belmonte EM” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **8** votos contra da Bancada do PPD/PSD (7, sendo que o Senhor Deputado Humberto Barroso encontrava-se ausente da sala) e da Bancada da CDU (1), **0** abstenções e **10** votos a favor, da Bancada do PS pelo que o “Orçamento e Plano de Atividades 2025 da EMPDS, Belmonte EM” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.*

3.4- Apreciação e votação da Minuta do Contrato Programa com a EMPDS, Belmonte EM para o ano de 2025

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“3- APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A EMPDS BELMONTE, EP PARA O ANO DE 2025

Foi presente à reunião de Câmara para aprovação, o Contrato-Programa para o ano de 2025, entre o Município de Belmonte e a Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social (EMPDS).

DELIBERAÇÃO

Após troca de impressões a Câmara Municipal de Belmonte deliberou por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa do ano de 2025, entre o Município de Belmonte e a Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social (EMPDS), nos termos do artigo 47º, n.º 2 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, bem como submetê-lo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- *Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 05 de dezembro de 2024.* -----

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“É preocupante que, após três anos de discussões e promessas, estejamos perante um plano de atividades que se limita a repisar ideias e projetos já apresentados em ocasiões anteriores.

As mesmas rotas turísticas, os mesmos eventos, as mesmas promessas de investimento em acessibilidade e sustentabilidade, tudo isto sem resultados concretos e mensuráveis que justifiquem a sua repetição. Não podemos continuar à espera que a mesma fórmula, já provada ineficaz, produza resultados diferentes. Como diz o ditado, "fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes é a definição de insanidade".

Para além da estagnação nas atividades, o orçamento também suscita preocupações.

Continuamos a apontar para um nível de receitas que nunca foi atingido, criando a ilusão de um equilíbrio orçamental que, na prática, sabemos ser inalcançável. É preciso

sermos realistas e responsáveis na elaboração do orçamento, evitando criar falsas expectativas e disfarçar a necessidade de reformas profundas na gestão da EMPDS.

Permitam-me que expresse mais uma vez a nossa preocupação face à situação financeira da EMPDS, nomeadamente no que diz respeito aos custos com pessoal. Observamos um peso significativo destes custos na estrutura da empresa, o que, aliado à necessidade de transferências anuais de verbas por parte do município, levanta sérias questões sobre a eficiência da sua gestão.

É imperativo analisarmos em detalhe a estrutura de custos da EMPDS, buscando otimizar os recursos humanos e financeiros. A necessidade constante de apoio financeiro por parte do município demonstra que a empresa não está a ser gerida de forma sustentável.

Devemos questionar se esta é a forma mais eficiente de gerir as atividades da EMPDS. Sendo o município o único sócio e principal fonte de financiamento, não faz sentido que a empresa gere prejuízos e necessite de sucessivas injeções de capital.

Em vez de absorver recursos do município, a EMPDS deveria gerar receitas e dividendos, contribuindo para o desenvolvimento económico do concelho. Para tal, é crucial que a empresa seja gerida com rigor, transparência e eficiência.

Relativamente ao contrato programa, também gostaríamos de deixar algumas recomendações, tais como:

O contrato poderia ser mais preciso na definição das obrigações de cada parte, especialmente em relação aos indicadores de desempenho e metas a serem atingidas pela EMPDS.

O contrato carece de mecanismos mais robustos de fiscalização e acompanhamento das atividades da EMPDS, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e a utilização eficiente dos recursos públicos.

É de extrema importância definir mecanismos de prestação de contas mais transparentes, incluindo a divulgação de relatórios periódicos sobre as atividades e a situação financeira da EMPDS.

No geral, o Contrato-Programa demonstra a intenção de garantir a continuidade das atividades da EMPDS e o seu alinhamento com as políticas do Município. No entanto, a sua efetividade depende da implementação de mecanismos de fiscalização, acompanhamento e prestação de contas mais robustos.

Apelo e tomo a liberdade de estender esse apelo ao próximo Executivo, a uma reflexão profunda sobre o modelo de gestão da EMPDS. É necessário encontrar soluções que garantam a sua sustentabilidade financeira e a sua capacidade de gerar valor para o Município e para a comunidade. Deixo-vos com esta questão: queremos uma EMPDS que dependa do Município ou uma Empresa que gere valor para a comunidade?"

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Relativamente a este documento que vem para aprovação dizer que é uma imposição legal nos termos do artigo quarenta sete número dois da lei cinquenta dois mil e doze de trinta e um de agosto. Isto é o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Portanto há necessidade de aprovar este documento. E como diz a lei “Dura lex, sed lex”, portanto há necessidade inclusivamente de se respeitar além de todos os casos. E é por isso é que vem para ser aprovado. Portanto é uma imposição legal e nós estamos aqui para defender a legalidade e iremos votar favoravelmente.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Pelas razões acima expostas votamos contra.

No entanto, o montante do apoio da Câmara Municipal à Empresa está nos instrumentos previsionais da Empresa, mas, não aparece nos instrumentos da Câmara, o qual tem que estar explícito neste documento. Ou então nós não vimos”.

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“É sobejamente conhecida a posição da nossa bancada à existência e funcionamento da empresa municipal de Belmonte, nunca colocando em causa os recursos humanos afetos à mesma.

Compreendemos que a decisão de manter ou não uma empresa municipal depende de um conjunto específico de fatores.

Mas, segundo os números do turismo em Portugal o ano de 2024 bateu recordes mais de 27000 milhões de euros em receitas e com mais de 30 milhões de turistas.

Dados indicam ainda, que região centro registou em 2024 um crescimento significativo do número de visitantes e registos históricos em proveitos da atividade turística.

No entanto, essa não é a nossa realidade, este ano em Belmonte e contrariamente ao panorama nacional, tivemos menos visitantes na generalidade dos espaços acompanhada por uma redução de proveitos, nomeadamente na venda de artigos e assim entendemos que este não é o caminho certo para o Município que vê um setor do turismo e nos seus espaços museológicos bandeira para a promoção de Belmonte.

Por todos os dados e indicadores a nossa bancada tem muitas reservas na expectativa da EMPDS para o ano 2025 tal como também é referido no parecer fiscal sobre os instrumentos de gestão previsional.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Presidente da EMPDS, Belmonte

O Senhor Presidente da EMPDS, Belmonte, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Em relação à aprovação deste Contrato Programa com a Câmara Municipal, convém dizer o seguinte: talvez muitos de vocês não têm conhecimento disto. Este Contrato Programa, vem ao encontro da redução de preços efetuados nos bilhetes das entradas dos museus. E como sabem, os residentes e os naturais de Belmonte, entram gratuitamente, depois há desconto para escolas, para professores, para idosos e para entidades protocolares. Posso-vos dizer que neste momento temos vinte e tal empresas protocoladas connosco que têm desconto na entrada dos museus. Na semana passada assinámos um protocolo com a Universidade do Porto. Isto quer dizer que a Empresa Municipal, tem todo o interesse em trazer um grande fluxo de turismo, tendo em conta o alavancamento da economia local e também regional. Basta dizer que efetivamente nos últimos dez anos não houve aumento de preço de bilhetes.

A Empresa Municipal entrega de três em três meses um relatório à Câmara Municipal com os gráficos das perdas de exploração. Se todos esses visitantes pagassem o preço normal dos bilhetes de entrada, nós tínhamos um lucro na casa dos cinquenta e cinquenta e cinco mil euros. Ou seja, as perdas de exploração e os trinta e cinco mil euros que a Câmara nos dá e se as pessoas pagassem o bilhete normal tínhamos um lucro na casa dos vinte e cinco mil euros. Contudo a intenção da Câmara e da Empresa é de trazer fluxos para alavancamento da economia local.

Depois, dizer que a rede de museus de Belmonte, tem sete espaços. Os museus só fecham três vezes por ano por isso é necessário colmatar quando trabalham aos sábados, aos domingos e aos feriados ao longo do ano. Por isso necessitamos de ter pelo menos catorze a quinze pessoas a trabalhar e isso tem custos. Para além das catorze ou quinze pessoas que estão a trabalhar na Empresa Municipal, também temos duas senhoras da limpeza, dois estagiários, embora estes o Instituto de Emprego e Formação Profissional pague apenas setenta por cento os restantes trinta por cento é a Empresa que paga mais os custos inerentes como seguros e impostos. Portanto é necessário termos estes trabalhadores, para que os museus funcionem. Agora os museus também necessitam como aqui foi falado de alguma remodelação. O pior é o Museu dos Descobrimentos, sendo que neste momento estamos a fazer uma candidatura a um

projeto que já está feito, essa candidatura é feita juntamente com a Câmara, uma vez que a Empresa Municipal como só tem um sócio que é o Município de Belmonte e como não é nenhuma PME não se pode candidatar a fundos comunitários. Mas estamos na Linha Interior Mais Turismo e esse valor até quatrocentos mil euros é para se investir nos museus.

Em relação a outros Membros da Assembleia, que aqui falaram afirmando que é uma desculpa da guerra haver menos turistas, isso é uma verdade Sr. Acácio Dias, porque eu trago aqui os mapas de novembro e se olharmos para os turistas que entraram no museu judaico, que era o que tinha mais fluxo turístico, temos uma perda de trinta e oito por cento. Isso deve-se à guerra que está a acontecer em Israel. Não há dúvida nenhuma. A partir daí, tínhamos outros do Brasil, da França, que têm vindo menos. Portanto eu quero aqui dizer bem claro neste órgão público, que dou todo o elogio aos funcionários da Empresa. São os melhores funcionários que uma empresa pode ter. Eu já trabalhei em empresas lá fora e gostaria de ter estes funcionários. Estão sempre disponíveis a qualquer hora, seja de noite, seja de dia, seja num sábado, seja num feriado, ou se estão em casa com as famílias, estão sempre disponíveis para fazerem o melhor pela Empresa Municipal. Portanto, o meu agradecimento porque o merecem. São grandes funcionárias e merecem todo o nosso apoio.

Desejar já agora um Bom Natal, extensivo às vossas famílias.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e aludiu que era um subsídio de trinta e cinco mil euros e que já vinha do ano transato. Todavia o mesmo era necessário e que se justificava plenamente.

Frisou que estava convicto que em 2025 as coisas iriam melhorar.

O Senhor Presidente da EMPDS, Belmonte, tomou novamente a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Nós em 2020, quando começou a pandemia, fizemos um estudo de revitalização do território de Belmonte dos próximos cinco anos. Porque ninguém falava na Empresa Municipal e das dificuldades financeiras em 2019.

Em 2019 a Empresa Municipal, teve quase cento e quarenta mil, assim como em 2018 e em 2017, sendo que em 2025 é que iríamos atingir os valores.

A gestão financeira antes de 2019, ninguém falou nela, porque estava bem e vivia bem e sem os Contratos Programa.”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou o Senhor Presidente da EMPDS, Belmonte, se falava desse plano, sendo que já o tinha trazido à Sessão de Assembleia Municipal há um ano atrás, mas que entretanto, já tinha sido apresentado um novo Plano de Turismo para o concelho.

Proseguiu, continuando a questionar, o que é que a Empresa Municipal trabalhava do Plano de Turismo? Se o mesmo era igual? E se o Município tinha pagado vinte mil euros, por uma Plano que já estava feito?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e aludiu que se repararem no Plano de Ação, existe um plano de marketing e comunicação para o futuro.

O Senhor Presidente da EMPDS, Belmonte, tomou novamente a palavra e referiu que este plano estava mais desenvolvido.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Minuta do Contrato Programa com a EMPDS, Belmonte EM para o ano de 2025” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **9** votos contra, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), **0** abstenções, e **10** votos a favor, da Bancada do PS pelo que a “Minuta do Contrato Programa com a EMPDS, Belmonte EM para o ano de 2025” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

3.5- Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP’s e Orçamento do ano 2024

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----CERTIDÃO-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.8) 2ª REVISÃO ÀS GOP’S E ORÇAMENTO DO ANO 2024;

Uma das revisões que foi necessária é que estava previsto o recebimento de verbas que ainda não foram recebidas, logo tinham sido retiradas, aumentando o nível de execução.

O Sr. Vereador Carlos Afonso disse tratar-se de uma revisão do orçamento

equilibrado pelo que estava de acordo.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, aprova por unanimidade a 2ª Revisão às Gop's e Orçamento do ano 2024.

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 18 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e aludiu que este orçamento tinha como objetivo a diminuição da receita. Referiu que havia projetos financiados no âmbito do PRR, do Centro 2030 e do IHRU, que tinham sofrido alguns atrasos, mas cujos financiamentos se encontravam assegurados.

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, também podia ter aproveitado para especificar os projetos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que os projetos estavam referenciados no documento.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas.

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica.

Planear, objetivar e programar são funções vitais em qualquer organização. No caso das autarquias, este processo inicia-se com o arrolamento das necessidades coletivas das populações, tendente à resolução dos problemas e conseqüente satisfação dessas mesmas necessidades. O planeamento assume-se, assim, como um instrumento dinâmico, flexível e indispensável às atividades a desenvolver a longo, médio e curto prazo.

A presente Revisão, à semelhança do que acontece todos os anos, no final do ano, prende-se com a necessidade de ajustar as atividades planeadas e orçamentadas para o ano dois mil e vinte e quatro e que não foram cumpridas.

O que se pretende tanto ao nível das despesas como ao nível das receitas é que haja um equilíbrio relativamente àquilo que foi executado durante o ano, porque há

projetos que estavam previstos, mas que por vários motivos não tiveram a execução esperada e não vale a pena onerarem o orçamento, quando se tem a certeza que não serão realizados, tendo, assim, transitado para o orçamento do ano seguinte.

Tendo em conta esse pressuposto, o orçamento Municipal foi ajustado em diversos projetos, o que visa dar maior transparência à execução do orçamento do ano de dois mil e vinte e cinco, pelo que, iremos votar favoravelmente a 2ª revisão das GOPS e Orçamento.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “2ª Revisão às GOP’s e Orçamento do ano 2024” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções, da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1) pelo que a “2ª Revisão às GOP’s e Orçamento do ano 2024” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

3.6- Apreciação e votação do Procedimento de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano de 2025

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.3.) RELATÓRIO FINAL DO PROCEDIMENTO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2025

Foi presente à reunião de Câmara, o relatório final do procedimento de empréstimo de curto prazo, para acorrer a necessidades de tesouraria, até ao montante máximo de 500.000,00€, a ser amortizado e pago na sua totalidade até 31 de dezembro de 2025.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, tomou a palavra e referiu que votava favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, até porque o Município de Belmonte tem cumprido rigorosamente todos os anos.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, deliberou aprovar por unanimidade, o relatório final de contratação de empréstimo a curto prazo para 2025.

Proposta Vencedora: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão e Sabugal, CRL.

Valor: 500.000 € (quinhentos mil euros)

Taxa de Juro: Euribor a 6 meses TM, acrescida de um spread de 0,095%”.

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 12 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD) tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sobre este ponto solicito alguns esclarecimentos. Provavelmente será limitação e incapacidade minha, mas não entendi. O Relatório de Avaliação das Propostas não apresenta a proposta da Caixa de Crédito Agrícola que consta na certidão. Ou seja, o executivo aprovou o que não existe. Não há nenhuma proposta Euribor a 6 meses TM, acrescida de um spread de 0,095%. Pergunto-lhe pois:

- 1- Há algum engano nessa taxa?*
- 2- O banco comprometeu-se de facto com esse spread?*
- 3- O que significa TM?*
- 4- 0,095 são pontos percentuais ou percentagem?”*

O Senhor Deputado Luís António (PS) tomou a palavra e aludiu que uma vez mais este era um empréstimo que tem vindo com frequência, ou seja, tem vindo anualmente à Assembleia Municipal para aprovação. Contudo era um empréstimo que estava a ser cumprido, uma vez que tinha uma limitação no tempo, que era a sua amortização até ao final do ano, sendo que o mesmo tem sido feito e cumprido. Todavia, existia a necessidade de por vezes devido a dificuldades pontuais de tesouraria. Logo a Bancada do Partido Socialista, iria votar favoravelmente este empréstimo de quinhentos mil euros.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e asseverou que existiu um lapso na redação da Certidão, contudo o Relatório estava correto.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que se houvesse alguma desconfiança na Certidão, propunha que os serviços até ao final da Sessão, trouxessem a Certidão retificada.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD) tomou a palavra e aludiu que erros aconteciam a qualquer um.

Frisou que era muito fácil ultrapassar esta situação, uma vez que a maioria do Executivo estava presente nesta Sessão, portanto se os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente confirmassem que de facto o que tinha sido aprovado tinha sido o Relatório, avançava-se e não havia a necessidade de mais nada. Logo este assunto estava resolvido.

Seguidamente os serviços técnicos da Câmara Municipal de Belmonte, procederam à redação correta da Certidão, a qual foi entregue em mão aos Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão, cujo teor se transcreve integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.3.) RELATÓRIO FINAL DO PROCEDIMENTO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2025

Foi presente à reunião de Câmara, o relatório final do procedimento de empréstimo de curto prazo, para acorrer a necessidades de tesouraria, até ao montante máximo de 500.000,00€, a ser amortizado e pago na sua totalidade até 31 de dezembro de 2025.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, tomou a palavra e referiu que votava favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, até porque o Município de Belmonte tem cumprido rigorosamente todos os anos.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, deliberou aprovar por unanimidade, o relatório final de contratação de empréstimo a curto prazo para 2025.

Proposta Vencedora: Banco BPI, SA

Valor: 500.000 € (quinhentos mil euros)

Taxa de Juro: Euribor a 12 meses, acrescida de um spread de 0,03%

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 19 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e pediu desculpa de só agora dar nota da ausência do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na Sessão, uma vez que o mesmo se encontrava em Leiria a tomar posse de uma viatura para o Centro de Saúde de Belmonte e do Senhor Vereador da Câmara Municipal, André Reis, que tinha apresentado a justificação que por questões de ordem de saúde pessoal e familiar não poderia estar presente na Sessão de Assembleia Municipal.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Procedimento de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano de 2025” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções, da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1) pelo que o “Procedimento de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano de 2025” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.*

3.7- Apreciação e votação do Procedimento para Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Investimento na Rede Viária Municipal e Adjudicação

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.4.) ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTO NA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

Foi presente à reunião de Câmara, a abertura de procedimento para a contratação de empréstimo a médio/longo prazo para investimento na rede viária municipal, no montante de 930.000,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e deu conhecimento que era prioritário o arranjo da estrada entre o Ginjal e a Ponte de São Sebastião em Caria, assim como uma intervenção mais pequena na variante e nos dois ramais de acesso a Belmonte.

Aludiu que todas as estradas precisavam de um arranjo, nomeadamente a estrada do Monte do Bispo. Todavia estava a colocar agora como prioridade o Ramal do Colmeal da Torre e o Ramal que ia do cruzamento da Estação de Belmonte até às Inguias, para além das que tinha referido anteriormente.

Referiu que o Município não podia apresentar candidaturas e que não viam sensibilidade das Infraestruturas de Portugal, nem de os receber, nem de os auxiliar, apesar de andarem a auxiliar outras zonas do país. Contudo achava que não era uma perseguição a Belmonte, mas que havia qualquer coisa que não batia certo.

Informou que tinha estado com o Senhor Ministro, e que o mesmo era muito simpático, pelo que julgava que tinha de lá voltar

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, tomou a palavra e referiu que também votava favoravelmente a este empréstimo, sabendo também que quem viesse no futuro que se “amanhasse”. Todavia, o arranjo das estradas era uma necessidade e como o povo dizia “vão-se os anéis e ficam os dedos”

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Pereira Carrola Mariano, tomou a palavra e lembrou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha, que não se esquecesse das pequenas coisas que também eram importantes.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, retomou

a palavra e salientou de positivo o facto de se ter iniciado este mandato, sem se poder recorrer a empréstimos bancários, porque tinha ultrapassado o limite máximo de endividamento previsto na lei, hoje ter uma folga orçamental de 930 mil euros era positivo e aplicar-se esta folga na rede viária ainda mais justo era.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, deliberou aprovar por unanimidade, a abertura de procedimento para a contratação de empréstimo a médio/longo prazo para investimento na rede viária municipal, no montante máximo de 930.000,00€.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 12 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados. Mais de três anos de mandato deste Executivo não são suficientes para libertar recursos financeiros próprios para recuperar infraestruturas básicas do concelho, como é a rede viária. Naturalmente que se apoia a repavimentação das vias, mas lamenta-se que seja, uma vez mais, à custa de financiamento externo de longo prazo. Sr. Vereador Carlos Afonso, li com atenção a sua intervenção constante da certidão. Com todo o respeito, permita-me que lhe diga. Não se trata de ter folga orçamental. Do que se trata é de voltar a aumentar o nível de endividamento, que tem custos substanciais para a autarquia no futuro, comprometendo o seu crescimento futuro. Este empréstimo vai novamente queimar a margem de endividamento da Câmara Municipal de Belmonte. Não é, portanto, folga. Também não me parece que se trata de um problema de quem vem a seguir que se amanhe, como diz o sr. Vereador. Trata-se de ser responsável com o futuro das pessoas e do concelho e esta repavimentação não vai custar 930 mil euros, mas muito mais do que isso. Assim é fácil, mas não é seguramente bom. Como diz o povo, seria de valor conseguir fazê-lo sem empréstimo, sem sobrecarregar o povo e comprometer ainda mais o futuro do concelho. Este investimento em infra-estruturas básicas tinha de ser suportado com receitas correntes. Não se conhece o prazo de duração do empréstimo pois o que consta do relatório aprovado na reunião do Executivo é de 6 meses. Se for de 10 anos o encargo será de mais de 300 mil euros de juros e se for 20 deverá rondar os 600 000 euros. E esse serviço da dívida também não foi revelado, nem consta do relatório. Não pode ser feito assim. Tem de haver mais transparência e informação. Esta bancada não é contra a repavimentação, porque é urgente, mas sim contra a forma de financiamento.

Dito isto, tenho um pedido e duas perguntas.

Pedido: Sr. Presidente, que não se desperdice mais uma oportunidade de construir, pelo menos na variante, o passeio com ciclovia e pedovia pelas razões que já repetidamente expliquei nesta Assembleia;

Perguntas: 1 - Sr. Presidente, qual o encargo do serviço da dívida previsto para este empréstimo. Em concreto pergunto-lhe: quais vão ser as condições de financiamento, a maturidade do empréstimo, e quanto paga a Câmara Municipal de Belmonte de juros ao longo do período do empréstimo? Porque é que o relatório relativo a este empréstimo não tem informação sobre os encargos com o serviço da dívida?

2- Que empréstimo é este afinal? De curto ou de médio/longo prazo? Na ordem de trabalhos consta para apreciação um empréstimo de curto/médio prazo. A certidão refere que em reunião de executivo foi aprovado o relatório final respetivo, mas esse relatório é omissivo quer nas Taxas efetivas e implícitas do empréstimo, quer também nos encargos com o serviço da dívida. Além disso o relatório refere-se a um empréstimo de curto prazo, sem concretizar. Trata-se, portanto, de um empréstimo a menos de 1 ano. O aprovado no Executivo foi um empréstimo de 6 meses, de curto prazo, quando se aprovou o relatório. De quantos meses é afinal? Sr. Presidente, que trapalhada. Vamos ver como o PS vota esta confusão. Em rigor, é nosso entendimento e manifestamente evidente que este ponto não pode ser votado, não apenas pelo facto do relatório não conter dados essenciais, mas também porque o Executivo não aprovou um financiamento de médio/longo prazo.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Este empréstimo traduz-se num investimento da Autarquia na melhoria das acessibilidades no território concelhio, num conjunto de intervenções, que vão assegurar importantes melhorias ao nível das condições de circulação, acessibilidade e segurança, quer para automobilistas, quer para peões.

Destaca -se que esta opção está relacionada com a capacidade de endividamento em termos contabilísticos, e que a decisão do Executivo "não tem nada de eleitoralista", e até porque em causa estão sobretudo "necessidades absolutamente prementes que todos constataam", que são as estradas do nosso Concelho.

O Partido Socialista vota favoravelmente a presente proposta de contratação de empréstimo até ao montante de 930.000,00 euros, a aplicar na Rede Viária Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 49.º da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, bem como, da alínea f), do número 1, do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.”

Seguidamente referiu que até poderia evocar ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), o São Tomás “ouve o que ele diz, mas não faças o que ele faz”, pois, a Bancada do Partido Socialista estava ali para resolver.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que gostaria que o Senhor Deputado Luís António (PS), explicasse o que significava essa comparação com São Tomás.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que a Bancada do Partido Social Democrata andava sistematicamente a dizer que as estradas estavam más e que quando estavam a tentar resolver o problema essa mesma Bancada encrava a situação.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD) tomou a palavra e informou que a Bancada do Partido Social Democrata, não tinha dito que não deveriam ser repavimentadas as vias, sendo que se reconhecia essa necessidade. O que esta Bancada tinha alertado era para a forma como iria ser feito. Bem sabia que se calhar não interessava à Bancada do Senhor Deputado Luís António (PS), a forma, mas que para a Bancada do Partido Social Democrata, interessava o futuro do concelho. Frisou que o que estavam ali a fazer era serviço público, porque estavam a tentar com boa-fé corrigir gralhas que aconteciam a todos. Portanto esse tinha sido o alerta que ali tinha sido deixado. Todavia também existiam gralhas que o Dr. José Figueiredo já se tinha apercebido onde estavam, e que citava porque de facto também se podia ter enganado, mas que não tinha sido o caso, pois o documento dizia o seguinte: “em conformidade com as disposições previstas na cláusula 9ª do Caderno de Encargos do procedimento de Contratação de Empréstimo para Financiamento de despesas de investimento de Requalificação da Rede Viária Municipal..., realizou-se no dia seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, a Sessão de abertura das propostas de empréstimo de curto prazo”, sendo que era o que estava escrito no Relatório e o que constava na Certidão era que o Executivo tinha aprovado o Relatório, pelo que não existia outro prazo no Relatório. Logo tratava-se de responsabilidade.

Asseverou se o PS iria votar um Relatório que era omissivo sobre o prazo, aliás o único prazo que se referia era a um prazo de seis meses, pois não se referia a outro tipo de prazo, que isso ficasse bem claro.

Frisou que esta Assembleia não sabia se era um financiamento a um ano, a cinco ou a dez anos. Não sabia qual era o encargo da dívida, quanto iria custar, e durante quanto tempo.

Mencionou que este Relatório de médio e longo prazo não tinha informações sobre o serviço de dívida, ao contrário do de a curto prazo.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente aludiu que já cá andava há sessenta e nove anos e que tinha uma história de vida atrás da qual não abdicava de princípios. Relembrou que era da CDU e que se revia nas propostas da CDU, mas quando era no

Executivo Municipal, não seguia orientações partidárias, mas sim orientações de bom senso e daquilo que achasse correto para o seu concelho, onde já vivia há sessenta e nove anos e aonde pretendia continuar a viver. Quando se referiu “vão se os anéis, ficam-se os dedos”, era uma expressão popular. Pois andava-se a discutir a toda a hora a existência dos buracos nas estradas, sendo que agora se existia essa folga financeira e capacidade de endividamento por parte do Município, dever-se-ia avançar com as obras, pois o mesmo não queria que esses buracos continuassem nesta pequena parte das estradas do concelho, por isso ter votado favoravelmente ao pedido de empréstimo, mas que estava consciente do que estava a fazer.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou novamente a palavra e aludiu que ninguém discordava da necessidade iminente de resolver os problemas dos buracos ou das vias, o que discordavam era da forma como iria ser feito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e asseverou que o Exmo. Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação certamente ainda o iria receber novamente, sendo que também tinha prometido vir a Belmonte há dois meses atrás e que até ao momento ainda não tinha vindo cá.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), retomou a palavra e referiu que a discordância por parte da Bancada do Partido Social Democrata, devia-se ao facto de acharem que deviam ser as receitas correntes a financiar o arranjo das estradas e não o financiamento externo, porque esta margem que existia de financiamento para o limite devia ficar como reserva para a participação nas candidaturas que iriam ser feitas, sendo que essa é que deveria ser a margem de segurança do Município e não ser usado para aquilo que as despesas correntes deviam ser que era a preservação das infraestruturas. Pelo que deixava o alerta.

O Chefe da EMDO da Câmara Municipal de Belmonte, Senhor José Figueiredo, tomou a palavra e informou que era um empréstimo a vinte anos e que a proposta mais favorável tinha sido a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão e Sabugal, CRL.

Aludiu que era um empréstimo a médio/longo prazo e que tinha sido de acordo com o solicitado no Caderno de Encargos. O montante do empréstimo era de novecentos e trinta mil euros, tinha dois anos para ser utilizado e uma carência de capital também de dois anos.

Asseverou que o mesmo poderia ser utilizado logo após a celebração do Contrato.

Para terminar, referiu que o pagamento dos juros era trimestral, vencendo-se a primeira prestação de capital após o período de carência do capital. As taxas de juro Euribor eram a seis meses TM acrescida de um spread de 0,39%.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Procedimento para Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Investimento na Rede Viária Municipal e Adjudicação” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções, da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1) pelo que o “Procedimento para Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Investimento na Rede Viária Municipal e Adjudicação” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.

3.8- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal 2025

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“2 - APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025

Foi submetido à reunião de Câmara para aprovação, o Mapa de Pessoal para o ano de 2025.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, tomou a palavra e referiu que achava um exagero o número de pessoal ao nível do sector financeiro. Todavia, tinha ficado esclarecido com a informação do Dr. José Caninhas Figueiredo, de que esta situação também tinha a ver com o CLDS. Sendo assim, concordava com o Quadro de Pessoal apresentado, pois sempre tinha concordado com o mesmo das outras vezes, assim como esperava que a várias situações precárias existentes fossem resolvidas.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Pereira Carrola Mariano, tomou a palavra e relativamente ao Quadro de Pessoal, frisou que apesar de ter sempre sido um crítico ao nível do excesso de funcionários, neste momento votava favoravelmente. Contudo deixava um alerta em relação aos funcionários que estavam a prestar serviços ao Município, à quatro e cinco anos e que ainda continuavam numa situação precária. Tendo sugerido que se resolvessem essas situações.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2025, nos termos do previsto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 28.º conjugados com o n.º 4 do artigo 29.º, ambos da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pelo anexo I à Lei n.º 35/2014, de 20 de julho, na sua redação atual e a respetiva dotação de verbas destinadas a suportar os encargos a que se refere o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, designadamente com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal, em cumprimento do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, no que se refere à orçamentação e à gestão de despesas com pessoal.

Mais deliberou a Câmara Municipal, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 05 de dezembro de 2024. -----

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A adaptação e a revisão do mapa de pessoal são fundamentais para garantir a eficiência dos serviços.

Acreditamos que as contratações são feitas com base nas necessidades reais do município e que a gestão dos recursos humanos é feita de forma estratégica, justa e transparente, atendendo sempre a uma melhoria dos serviços prestados aos munícipes, com a valorização dos trabalhadores e fomento da mobilidade interna.

Demonstrar, no entanto, a nossa preocupação no impacto financeiro, sustentabilidade financeira e sobrecarga orçamental deste aumento do quadro de pessoal.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O mapa de pessoal é elaborado em conformidade com as regras estabelecidas nos artigos 28.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através do qual é possível obter uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos.

A proposta de mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades.

O mapa de pessoal é aprovado pela Assembleia Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O mapa de pessoal que se propõe para o ano de 2025, encontra-se ajustado à nova estrutura orgânica dos serviços municipais, a qual se revelou necessária para melhor operacionalidade dos serviços, face à realidade atual, nomeadamente no que concerne à transferência de novas competências do Estado para as autarquias, em diversas áreas, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º da referida lei, bem como ao nível dos Serviços de Proteção Civil (SMPC), por força do Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril.

Assim, esta proposta compreende o número de dirigentes/chefias e de postos de trabalho (e as atribuições dos recursos humanos), necessários para assegurar a missão, os objetivos e as atividades do Município de Belmonte nesse período.

O documento resulta de um diagnóstico das necessidades verificadas para os diferentes serviços e unidades orgânicas, articulado com o cumprimento das regras orçamentais impostas pela legislação em vigor em matéria de gestão de pessoal.

Nestes termos, votamos a favor a presente proposta de mapa de pessoal nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Estão providos 117 postos de trabalho, prevendo-se preencher mais 55 postos de trabalho, muitos dos quais de absoluta necessidade, nomeadamente nas áreas operacionais.

O mapa devia conter a relação jurídica de emprego.

Neste plano não podemos deixar de salientar a precariedade existente, em contratos de tarefa e avença, contratos a termo, e o volume de despesa de pessoal em qualquer outra situação, neste caso, 315 mil euros, abrangendo pessoal em comissão de

serviço, pessoal dos gabinetes de apoio pessoal (GAP), estágios profissionais e situações de mobilidade geral.

O Mapa de Pessoal não deveria ter um enquadramento?”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Mapa de Pessoal 2025” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 9 abstenções, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e 10 votos a favor, da Bancada do PS pelo que o “Mapa de Pessoal 2025” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.*

3.9- Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----CERTIDÃO-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“1 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2025

Foi presente à reunião de Câmara para apresentação, discussão e votação, as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Belmonte para o ano de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e referiu que era um orçamento feito pela “prata” da casa comandada pelo Senhor José Manuel Caninhas Figueiredo.

Salientou que neste orçamento estavam previstas as obras que considerava essenciais para o próximo ano.

Informou que se tinha passado de um orçamento de dezassete milhões cento e trinta e oito mil euros, para um orçamento de vinte e cinco milhões oitocentos e vinte e seis euros, tendo em conta as candidaturas que iriam apresentar e que tinham a garantia

que iriam ser aprovadas. Nomeadamente o que estava planificado para o 2030 pela CCDR-C, pela CIMBSE e pelas candidaturas ao PRR.

Por fim, enumerou as obras que estavam previstas para o próximo ano:

Reabilitação de cinco Fogos Habitacionais:

- Edifício da Escola da Pimenta
- Edifício da Escola da Gaia
- Edifício da Escola de Malpique
- Escola de São Marcos em Caria

Construção de trinta Fogos Habitacionais Modulares (Sistema Construtivo LSF) a Implementar no Sítio do Olival Grande - Belmonte:

- Candidatura integrada no Projeto de Habitação a Custos Acessíveis das Beiras e Serra da Estrela.

Construção de cinquenta Fogos Habitacionais Modulares (Sistema Construtivo LSF) a Implementar no Sítio da Carvalheira - Caria (Belmonte):

- Candidatura submetida no âmbito do Aviso de Publicação PRR n.º 01/C02-i05/2015 – Parque público de habitação a Custos acessíveis – Linha de empréstimos.

1º Direito

- Aquisição de seis Fogos Habitacionais, dispersos pelo concelho de Belmonte, candidatura submetida no âmbito do Aviso de Publicação PRR n.º 01/C02-i01/2021 (Programa 1º Direito).
- Reabilitação/construção de nove Fogos Habitacionais
 - Edifício da Praça da República (Ex. Correios) 2 T0 + 4T1
 - Edifício da Rua de Santo Antão 3 T1

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Alberto Duarte Afonso, tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Depois de uma análise feita ao Plano e Orçamento de 2025 concluí que estes documentos apresentam uma receita anual no valor de 25 826 041 euros, dividido em 9 939 091 euros de receitas corrente e receitas de capital 15 352 280, apresentando um equilíbrio entre receita e despesa. Sendo um plano e orçamento muito generoso, ultrapassando em cerca de 10 milhões o orçamento do ano em curso. Justificando-se a subida desta ordem de grandeza com o juntar de muitas obras que deveriam ter sido feitas durante o mandato que está a entrar na sua reta final.

Analizando a várias rubricas vemos que tem uma aposta muito forte ao nível da habitação com candidaturas ao nível do PRR e também no parque empresarial que mais uma vez vem candidatado no Portugal 2030, assim como no plano rodoviário veem

quase um milhão para a rede viária, que está como todos sabemos e eu bem precisa que lhe acudam. Este investimento na rede viária só é possível através de empréstimo bancário, mas como povo diz (vão-se os anéis fiquem os dedos), é um plano e orçamento que poderá fazer a diferença, principalmente ao nível da habitação onde existe uma aposta forte e que o concelho precisa.

Este plano muito ambicioso e ter ambição até é positivo, pecou por ser um instrumento que na sua elaboração não teve a discussão e avaliação, que uma gestão que se quer objetiva e transparente deveria ter, não foram chamados os Senhores Presidentes de Junta, nem qualquer Membro do Executivo da oposição, por isso este Plano e Orçamento é do PS. Eu como eleito deste órgão e responsável que sou, não posso votar o documento favoravelmente, como não posso votar contra, pelo volume de obras que este contém, por isso opto pela abstenção, porque este é o vosso Plano e Orçamento. Ficando a torcer para que ele venha a ser executado maioritariamente, em particular no que diz respeito à parte da habitação e da rede viária.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, André Filipe Reis Rosa Correia, tomou a palavra e deu nota que no dia de ontem tinha estado a ver o Dr. António José Seguro na CNN, e que este tinha dito uma coisa que concordava plenamente, que tinha sido relativamente ao chumbo de orçamentos e aos votos contra os orçamentos.

Asseverou que obviamente não iria votar contra o orçamento apresentado pelo Município de Belmonte, para além de até achar que era um bom orçamento. Todavia, achava que o mesmo vinha a dar resposta às obras que eram necessárias e por isso merecia o seu voto a favor, como o que tem sido nos últimos anos.

Aludiu que não queria deixar de dizer ou de reforçar a sua concordância com aquilo que o Dr. António José Seguro, tinha dito ontem e que até concordava com o que disse, que era para “alguém votar contra o orçamento deveria ter uma proposta alternativa a apresentar, porque isso também limitaria muito aquelas pessoas que apenas votavam contra por votar contra, que era para não votar a favor ou para se abster.

Para terminar referiu que o Dr. António Seguro era do partido socialista, mas que tinha falado bem.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Pereira Carrola Mariano, tomou a palavra e referiu que ficava satisfeito que deste novo plano fosse executado pelo menos no mínimo 50%, pois nestes últimos anos tinham andado um pouco adormecidos e que agora queriam fazer tudo.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Pinto Dias Rocha, do Senhor Vice-Presidente, Dr. Paulo

Borralhinho, do Senhor Vereador André Reis e do Senhor Vereador José Mariano e com abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para apreciação, discussão e votação nos termos da al. a) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025, documento que inclui o Plano de Atividades e Orçamento 2025 da EMPDS, Belmonte EM.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 05 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Observando o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025, percebemos o equilíbrio orçamental previsto, com as receitas correntes a cobrirem as despesas correntes, indo ao encontro àquilo que são as exigências legais.

As GOPs evidenciam um investimento significativo em áreas essenciais como a educação, a saúde e a ação social.

Contudo, e porque a análise crítica é fundamental para o aperfeiçoamento da nossa ação, permitam-me apontar alguns aspetos que merecem a nossa reflexão.

A expressiva participação das despesas com pessoal na despesa corrente (36%), que chega a alarmantes 50,26% nas transferências correntes, exige uma análise mais aprofundada. É crucial que a estrutura de pessoal do Município esteja adequada às suas reais necessidades e que os recursos humanos sejam utilizados com a máxima eficiência. Uma gestão otimizada dos recursos humanos, com mecanismos de avaliação de desempenho e formação contínua, pode potenciar a performance e, simultaneamente, conter os custos.

Gostaria de salientar que a entrada de 55 novos funcionários para o quadro do Município terá um impacto significativo nas despesas com pessoal e no peso sobre as despesas e transferências correntes. É fundamental que esta decisão seja acompanhada de um estudo rigoroso sobre a sustentabilidade financeira a longo prazo, de modo a garantir que a qualidade dos serviços públicos não seja comprometida, e que o Município não fique refém de uma estrutura administrativa inchada e onerosa.

Outro ponto que suscita a minha atenção é o recurso a passivos financeiros para financiar investimentos. É essencial que a Câmara Municipal apresente uma estratégia clara para a gestão da dívida, assegurando a sua sustentabilidade e evitando comprometer as gerações futuras.

E por fim, é crucial implementarmos uma gestão orçamental transparente, com informação detalhada sobre a execução do orçamento e das GOPs acessível a todos os

cidadãos. A participação dos munícipes na discussão do orçamento, através de mecanismos de consulta pública, é fundamental para uma gestão autárquica mais democrática e participativa.

Obrigado.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O Partido Socialista após análises do Orçamento e das GOP, faz o seguinte ponto de situação:

O Orçamento e as GOPs são o principal instrumento definidor da governação do Município, é no cumprimento destes documentos que o Executivo exerce a sua gestão do dia-a-dia.

Elaboração do Orçamento e das GOP deve estruturar toda a política de gestão do território nas suas diversas atividades económicas e sociais e deverá refletir a visão que se tem para o concelho no presente e, principalmente, no futuro.

Já agora permitam-me um à parte, e uma quase citação, eu diria que este orçamento não é “pipi, que não é bem vestidinho e digo também não é betinho”, este orçamento é o maior até hoje apresentado, e tal como referido na Introdução das Grandes Opções do Plano, o principal foco do Orçamento visa a criação de condições para o crescimento económico e demográfico, de modo a combater e desertificação humana e territorial , que tem vindo sucessivamente a acontecer no interior do nosso País e logo no nosso Município.

Assim, em primeiro lugar, gostaria de realçar e enaltecer o trabalho dos técnicos e colaboradores da divisão financeira, pela qualidade técnica em que nos foram apresentados os documentos relacionados com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025.

Embora na prática existam dois documentos distintos, os dois complementam-se e não se podem dissociar.

A concretização das Grandes Opções do Plano, dependem fundamentalmente da aprovação do Orçamento.

Conscientes da nossa responsabilidade e da importância destes dois documentos, movida pelo espírito da cooperação, tendo manifestado a nossa total disponibilidade para colaborar em todo e qualquer assunto de interesse para o desenvolvimento do Concelho de Belmonte.

Sempre defendemos o espírito de colaboração, uma política aberta, participativa, rigorosa e transparente.

Para uma boa gestão da Câmara Municipal, o documento de elaboração, apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, deve ser um momento de reflexão, debate, e sobretudo de defesa de uma estratégia de futuro para o nosso Concelho.

Estes documentos são ferramentas financeiras rigorosas, de extrema importância, fundamentais para a sustentabilidade financeira da Autarquia, com fortes implicações na economia das famílias, no tecido empresarial ou no desenvolvimento do nosso Concelho.

É certo que este documento assenta num conjunto de indicadores contabilísticos, conforme determina o enquadramento legal da normalização contabilística em vigor a partir de 2020, e consubstancia-se no SNC-AAP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), o que através deles, conseguimos analisar a linha estratégica da ação, do plano de gestão municipal.

Tendo em linha de conta a defesa dos interesses das nossas populações, e a nossa quota parte de responsabilidade neste mandato autárquico e assumindo compromissos para com os cidadãos do Concelho de Belmonte, iremos votar favoravelmente estes documentos.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Belmonte para 2025

Este é o Orçamento mais caro de sempre. São mais oito milhões em relação a 2024, totalizando 25 milhões e oitocentos mil euros! É caso para dizer que o céu é o limite! E claro está, que a coincidência deste ser o último orçamento deste mandato, é apenas isso, coincidência. Neste que é o último orçamento Municipal de Dr. Dias Rocha, é caso para dizermos que nunca em tão pouco tempo se pretendeu fazer tanto. É difícil acreditar, mas pela nossa parte, o que seria importante é que a Câmara batesse mesmo o recorde de taxa de execução. Isso é que era!

Sabemos que tal objetivo depende de muitos fatores que escapam à Câmara: como o próprio PRR; o aumento de preços e das taxas de juro; a falta de empresas e de mão-de-obra para dar resposta às necessidades; elementos que, como temos dito, não deve impedir a autarquia de identificar as necessidades, projetar a resolução dos problemas e candidatar essas mesmas intervenções.

O incremento extraordinário que agora se verifica deve-se ao aumento, em mais do dobro, das transferências de capital, que ascendem a 14 milhões 850 mil euros - face aos 6 milhões e 740 mil em 2024 - justificado pelas verbas resultantes dos fundos comunitários (PRR, Portugal 2030). Outra parte substancial do valor a receber decorre da descentralização de competências do estado central ao nível da saúde, educação e ação social - mais 1 milhão 200 mil euros em transferências correntes – verba que, como temos dito, é com grande probabilidade insuficiente para fazer face aos encargos assumidos, resta saber quanto, e por isso gostaríamos que a Câmara respondesse ao requerimento da CDU a este propósito.

A receita prevista na venda de bens e serviços ascende 1 milhão e 883 mil euros, menos 300 mil que em 2024, mas ainda assim demasiado acima do que foi executado em 2023, em que a receita arrecadada foi inferior a 1 milhão de euros.

No que concerne à despesa, a previsão de aumento recai na aquisição de bens de capital diz respeito, que praticamente duplica. Nas despesas correntes, sobe a despesa com pessoal, situação a que não é alheia a descentralização de competências, como acima referimos, com a previsão de novos recrutamentos.

No campo da despesa, salientamos ainda que o valor do financiamento não definido para 2025, supera 2 milhões e 600 mil euros, sendo que 1 milhão e 500 mil euros diz respeito à requalificação do Edifício Sede da Escola Secundária.

Mas este é também o Orçamento que insiste na devolução do IRS, medida que beneficia uma minoria de belmontenses – aqueles que pagam IRS - e no quadro dessa minoria, os que apresentam rendimentos mais elevados, distorcendo o princípio essencial deste imposto, a sua progressividade, e prescindindo de receita que devia ser colocada ao serviço de todos, em particular, dos que menos têm.

Tal como não cobra derrama, salvaguardando os pequenos e médios negócios, como defendemos.

É também o Orçamento que mantém o IMI familiar, imposto que deve ter como referência o valor do respetivo imóvel e não a composição do agregado, abdicando uma vez mais de uma verba municipal que deve ser aplicada em benefício coletivo.

Um Orçamento de uma política de aumento da fatura de água e saneamento e resíduos, e que a decisão do governo PSD/CDS de devolver à ERSAR o poder de fixar tarifas, violando claramente a autonomia local, irá agravar, acentuando ainda mais as dificuldades da população, ao mesmo tempo que não se investe o suficiente na melhoria dos serviços, nada se prevendo, por exemplo, ao nível de biorresíduos, enquanto se mantém a privatização da recolha de resíduos sólidos urbanos, ameaça que continua a pairar sobre os serviços de água.

Um Orçamento que também não valoriza, como deveria, os trabalhadores, pois não prevê a aplicação da opção gestionária, nem do suplemento de penosidade e insalubridade, tal como recusa a negociação e celebração de um ACEP – Acordo de Empregador Público, devolvendo os 25 dias de férias aos trabalhadores, entre outros direitos, enquanto cresce a precariedade e as instalações do sector operacional não asseguram a dignidade e o conforto que se exige.

Um Orçamento que no domínio da Proteção do Meio-Ambiente e Conservação da Natureza, reserva 126 mil euros, num contexto de intensificação de alterações climáticas; e que continua muito aquém no apoio ao Associativismo e longe de compensar o que se perdeu nos últimos anos.

O mesmo sucede nas transferências e apoio às Juntas de Freguesia cujos valores praticamente se mantêm.

Que também não avança, como deveria, no Apoio aos mais jovens e na Cultura, onde falta a aposta em simultâneo no território e nas suas gentes nas mais diversas áreas.

Já quanto à Habitação, apesar dos atrasos significativos, valorizamos a aposta nesta área crucial, com mais de 5 milhões de euros, assim como a estratégia centrada na disponibilização de Habitação a custos acessíveis e na criação de condições de habitabilidade, bem como o projeto de Habitação colaborativa, previsto para Caria, freguesia para a qual se anuncia a concretização do Parque de Lazer que agora, com 250 mil euros previstos, espera-se finalmente que arranque.

Valorizamos igualmente a requalificação das vias rodoviárias, ainda que muito insuficiente face às necessidades existentes, pois a verdade é que os buracos para tapar são muitos.

Por fim, as críticas e divergências que tivemos em momentos anteriores voltam a estar presentes nesta proposta, razão pela qual não podemos acompanhar este Orçamento.

Por isso nos abstermos.”

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Procedemos à análise do documento no que concerne às grandes opções do plano para o ano de 2025

Na introdução deste documento somos mais uma vez sugestionados para uma gestão autárquica que nos trará no curto/medio prazo um concelho com idílicas condições de vida.

Tem sido sempre assim em mais de trinta anos de gestão autárquica socialista, o que não nos surpreende. Prometer, prometer, prometer.... Só falta o PowerPoint.

É caso para perguntar o que foi feito para desenvolver o concelho nos cinquenta anos de democracia.

Qual foi a obra estruturante construída nestes cinquenta anos?

Talvez a aquisição de uma antiga fabrica para pavilhão multiusos com polivalência duvidosa, quando se deveria optar por um edifício de raiz?

Terá sido a construção de uma piscina para usufruir dois meses por ano, quando o que nos prometerem foi uma piscina permanente e aquecida como o foi inicialmente, mas com uma má solução sem viabilidade?

Foi uma rede viária concelhia, um ou dois acessos rápidos à autoestrada A 23 e uma variante à Rua Pedro Alvares Cabral?

Foi a promessa de indústrias para ocupação e fixação de mão-de-obra jovem e o que vemos é a deslocação para as cidades vizinhas?

Financiaram-se empresas fantasmas que prometeram a ocupação de mão-de-obra local. E questiono: Onde está a prometida fábrica de calçado? Onde está a

prometida fábrica de embalagens? Onde está a prometida empresa exportadora de produtos agrícolas?

Prometeram-nos escolas profissionais e polos de Ensino universitário que não passaram de quimeras.

Prometeram-nos qualidade de vida e bem-estar, acesso ao ensino, ao lazer e à cultura e à mobilidade que não temos.

Dispõe este município há quase doze anos de um dispendioso gabinete de empreendedorismo. Qual foi o resultado apresentado por este dispendioso gabinete?

Quase tudo o que tínhamos foi-se aos poucos perdendo ou degradando.

Foi alienada a nossa rede elétrica e com ela os seus postos de trabalho.

Foi alienada a nossa rede de captura, elevação e distribuição de água em alta.

A gestão, faturação e cobrança da água foi cedida a terceiros, o que a encarece.

A gestão e tratamento de águas residuais está ao cuidado de terceiros, sendo mesmo assim deficitário.

A gestão e recolha de resíduos urbanos está ao cuidado de terceiros.

A limpeza dos espaços urbanos está cedida a terceiros.

O tratamento de espaços verdes e jardins é da responsabilidade de terceiros.

Surpreende-nos, portanto, que apesar de um quadro de pessoal de cerca de 150 profissionais, quase todos os serviços prestados à população sejam prestados por entidades exteriores ou privadas.

Fica-nos agora a esperança de que a anunciada «BASUCA» com os fundos provenientes do PRR venha resolver todas as carências deste concelho. No entanto, contamos já com a salvaguarda contida neste documento onde se afirma que «existe um conjunto de investimentos que se torna necessário lançar», mas quando?

Em boa verdade, a gestão socialista conseguiu que a sede do concelho não passasse de uma Aldeia Histórica.

Passando agora à análise do orçamento, verificamos que o mesmo atinge o montante de 25 826 041,00 euros. Um montante que se fosse totalmente realizado poderia contribuir para o desenvolvimento do concelho. Mas também este documento nos coloca algumas dúvidas, por falta de fundos municipais que possam apoiar os investimentos provenientes do PRR. Bem sabemos a falta que faz o fundo de maneiio para colocar em andamento as obras financiadas, dinheiro que não há.

RECEITA

Vejamos: Na rubrica 01 - IMPOSTOS está previsto arrecadar um montante de 1 009 500,00 euros sendo que 258 250,00 euros serão de IMT; tendo em consideração as obras em curso, duvidamos desta receita.

Na rubrica 05 – Rendimentos de propriedades – Renda de edifícios, no montante de 201 500,00 euros; qual a proveniência? Está aqui incluída a renda de infraestruturas da água em alta? E da Rede Elétrica?

Rubrica 08 – Venda de bens e serviços no montante de 1 883 850,00 euros. Está aqui a receita cobrada aos municípios através do fornecimento de água, saneamento, resíduos sólidos, taxas de disponibilidade, etc. Um aumento substancial o que levou que a fatura da água, passasse de cerca de 5,00 euros para 20,00 euros mensais. É este o apoio ao cidadão.

Na rubrica 12 – Passivos Financeiros, regista-se um montante de 500 000,00 euros, tratando-se certamente do empréstimo rolante de tesouraria que deveria ser evitado. Falando-se no plano de atividades de um empréstimo de 900 000,00 euros para reparação das redes viárias, não vemos neste orçamento refletido esse empréstimo.

Atingindo o município o seu limite de endividamento para proceder à reparação da rede viária cuja conservação deveria ser feita com os recursos correntes, como pensa o município proceder a outros investimentos?

DESPESA

No que se refere ao orçamento de despesa, por exemplo na rubrica «Água» está prevista uma compra de água no montante de 850 000,00 euros de água, sendo que o montante previsto de faturação é de cerca de 359 000,00 euros. Qual a justificação para esta discrepância? Continua a haver desperdício e perdão a entidades que não pagam?

Quanto à rubrica 07 – aquisição de bens de capital - como atrás referi esperamos que a gestão municipal tenha capacidade para proceder em tempo ao lançamento das obras a que se propõe e capacidade financeira para dar início às mesmas.

Sendo, portanto, um orçamento superior a vinte e cinco milhões de euros, faltando pouco mais de um ano para o termo deste mandato, não estando ainda no terreno o início das obras, esperamos que os trabalhos a mais não venham a constituir maiores constrangimentos no futuro.”

Para terminar, desejou umas Boas Festas e um Próspero Ano Novo de 2025.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação das “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **9** abstenções, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **10** votos a favor, da Bancada do PS, pelo que as “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025” foram aprovadas por maioria dos presentes na votação.*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.*

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Múncipes ficou encerrado.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e desejou um Feliz Natal e um Feliz Próspero Ano Novo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retomou a palavra e agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a lembrança oferecida a cada um dos Senhores Deputados presentes na Sessão de Assembleia Municipal.

Prosseguiu desejando que os sinos anunciem tempo de paz, de fraternidade e de prosperidade para o ano de 2025 e que tivessem umas Festas de Natal Felizes.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 13:14 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário